

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL - PPGDEE

Maria Fernanda Murça Machado

PRESTAÇÕES DE CONTAS PÚBLICAS: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE
SOFTWARE APLICATIVO VISANDO TRANSPARÊNCIA PARA A SOCIEDADE

Montes Claros – MG
Agosto / 2023

Maria Fernanda Murça Machado

**PRESTAÇÕES DE CONTAS PÚBLICAS: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE
SOFTWARE APLICATIVO VISANDO TRANSPARÊNCIA PARA A SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros, como exigência para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Carlos Renato Théophilo

**Montes Claros – MG
Agosto / 2023**

Machado, Maria Fernanda Murça.

M149p Prestações de contas públicas [manuscrito]: proposição de um modelo de Software aplicativo visando transparência para a sociedade / Maria Fernanda Murça Machado – Montes Claros (MG), 2023.

84 f. : il.

Bibliografia: f. 78-84.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial/PPGDEE, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo.

1. Despesa pública - Brasil. 2. Prestação de contas. 3. Software - Desenvolvimento. 4. Aplicativos móveis. 5. Modelo conceitual. 6. Transparência na administração pública - Brasil. I. Theóphilo, Carlos Renato. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: proposição de um modelo de Software aplicativo visando transparência para a sociedade.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Maria Fernanda Murça Machado

**PRESTAÇÕES DE CONTAS PÚBLICAS: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE
SOFTWARE APLICATIVO VISANDO TRANSPARÊNCIA PARA A SOCIEDADE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial da Universidade Estadual de Montes Claros, como exigência para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Carlos Renato Theóphilo

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Membros:

Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo
Orientador- Unimontes

Prof. Dr. Reginaldo Moraes de Macedo
Unimontes

Prof. Dr. José Marilson Martins Dantas
Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Deus!

Por dar-me forças para trilhar por este mestrado tão sonhado. Obrigada por me presentear, mais uma vez, com um orientador que se tornou um amigo e cuidou de cada detalhe para abrilhantar ainda mais este trabalho.

Renato, a você meu carinho e minha gratidão.

Aos professores Doutor Reginaldo e Doutor José Marilson pela atenção e contribuição durante a qualificação do trabalho e pelo aceite de permanecer na banca da minha dissertação. Tenho muito respeito por vocês.

Aos colegas do Programa pelo apoio, troca de experiências e pelas amizades conquistadas.

Ao meu esposo Dan que desde o início torceu e contribuiu pelo meu sucesso.

À Contass que permitiu minha dedicação durante as disciplinas diurnas do Programa.

Aos meus pais que são meus heróis na terra.

Obrigada!

Coragem oh, doce Maria! Pois o mundo não se fez, está por ser feito. (*Hoje é dia de Maria*)

RESUMO

O interesse deste estudo surgiu a partir da constatação de que, apesar das iniciativas de transparência por parte dos entes públicos, muitas informações não são de fácil entendimento para os cidadãos. O objetivo geral da pesquisa foi de desenvolver um Modelo Conceitual para subsidiar a elaboração de um *software* aplicativo voltado a levar conhecimento para a sociedade a respeito dos gastos públicos dos municípios brasileiros com as informações geradas nas prestações de contas da Secretaria do Tesouro nacional (STN). Os objetivos específicos foram associados às etapas de um Modelo Conceitual: conceitualização para elaboração do Modelo Teórico; modelagem para geração do Modelo Operacional; e solução do modelo para a etapa de Solução. A metodologia é qualitativa, com emprego da estratégia de pesquisa de formulação de modelos. A proposta inicial era de que o aplicativo contemplasse os quatro sistemas informatizados: Siconfi, MSC, SIOPE e SIOPS. Todavia, o SIOPE e o SIOPS não possuem dados abertos em CSV, XLS e XBRL para extração das informações, o que limita a importação pelo *software* aplicativo. Por essa razão, os relatórios RREO e RGF é que compõem, na primeira versão, o modelo de software aplicativo. Na etapa do Modelo Teórico foram abordadas referências teóricas e conceituais para embasamento do tema. Na etapa do Modelo Operacional foi realizada a instrumentalização das concepções apresentadas no Modelo Teórico, sendo desenvolvida a modelagem da simplificação das informações contábeis dos relatórios da STN e a modelagem do levantamento de requisitos através da API disponibilizada pelo próprio Siconfi. Na etapa da Solução do modelo operacional foi apresentado o protótipo com as telas do modelo do *software* aplicativo, intitulado “TESOURO NOSSO”, por meio de exemplos com dados reais de um município. A elaboração do modelo de *software* aplicativo visa facilitar o acesso às informações prestadas pelos entes públicos para a população, disponibilizando um *layout* mais claro, amigável e com informações fidedignas trazidas pelas prestações de contas da STN.

Palavras-chave: transparência; prestação de contas; modelo conceitual; pública; *software* aplicativo.

ABSTRACT

The interest of this study arose from the observation that, despite the initiatives of transparency on the part of public entities, a lot of information is not easy for citizens to understand. The general objective of the research was to develop a Conceptual Model to support the development of application software aimed at bringing knowledge to society about public expenditures in Brazilian municipalities with the information generated in the rendering of accounts of the National Treasury Secretariat (STN). The specific objectives were associated with the stages of a Conceptual Model: conceptualization for the elaboration of the Theoretical Model; modeling to generate the Operational Model; and model solution for the Solution step. The methodology is qualitative, using the research strategy of formulating models. The initial proposal was for the application to include the four computerized systems: Siconfi, MSC, SIOPE and SIOPS. However, SIOPE and SIOPS do not have open data in CSV, XLS and XBRL for extracting information, which limits import by application software. For this reason, the RREO and RGF reports make up, in the first version, the application software model. In the Theoretical Model stage, theoretical and conceptual references were addressed to support the theme. In the Operational Model stage, the instrumentalization of the concepts presented in the Theoretical Model was carried out, with the modeling of the simplification of the accounting information of the STN reports and the modeling of the requirements survey being developed through the API made available by Siconfi itself. In the stage of the Solution of the operational model, the prototype was presented with the screens of the application software model, entitled "TESOURO NOSSO", through examples with real data from a municipality. The development of the application software model aims to facilitate access to information provided by public entities to the population, providing a clearer, more user-friendly layout with reliable information brought by the rendering of accounts by the STN.

Keywords: transparency; rendering of accounts; conceptual model; public; application software.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estratégia de Pesquisa – Proposição do Modelo Conceitual.....	6
Figura 2 – Cadeia de Valor.....	39
Figura 3 – API – RREO.....	41
Figura 4 – API – RGF.....	42
Figura 5 – Fluxograma geral do aplicativo.....	50
Figura 6 - Resultado Primário - Anexo 6 – RREO.....	52
Figura 7 – Resultado Nominal – Anexo 6 – RREO.....	53
Figura 8 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo 1 – RGF.....	53
Figura 9 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Anexo 2 – RGF.....	54
Figura 10 – Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas – Anexo 3 – RGF.....	54
Figura 11– Operações de Crédito – Anexo 4 – RGF.....	55
Figura 12 – Disponibilidade de Caixa – Anexo 5 – RGF.....	55
Figura 13 – <i>Design</i> do Aplicativo.....	59
Figura 14 – Menu principal do Aplicativo.....	60
Figura 15 – Ícone “O que é o Tesouro Nosso”.....	61
Figura 16 – Ícone “Glossário” I.....	62
Figura 17 – Ícone “Glossário” II.....	62
Figura 18 – Ícone “Prestação de Contas da STN”.....	63
Figura 19 – Demonstrativo do RREO – Anexo 6.....	64
Figura 20 – Ícone “Prestação de Contas da STN”.....	65
Figura 21 – Demonstrativo do RGF – Anexo 1.....	66
Figura 22 – Demonstrativo do RGF– Anexo 2.....	67
Figura 23 – Demonstrativo do RGF– Anexo 3.....	68
Figura 24 – Demonstrativo do RGF– Anexo 4.....	69
Figura 25 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	70
Figura 26 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	70
Figura 27 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	71
Figura 28 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	71
Figura 29 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	72
Figura 30 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	72
Figura 31 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	73

Figura 32 – Demonstrativo do RGF–Anexo 5.....	73
Figura 33 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5.....	74
Figura 34 – Ícone “Fale Conosco”.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.....	21
Quadro 2 - Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde
- API – Application Programming Interface
- CF – Constituição Federativa do Brasil de 1988
- CGU – Controladoria Geral da União
- CSV – Comma separated values
- DCA – Declaração das Contas Anuais
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GTECON – Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LAI – Lei de Acesso à Informação
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
- LT – Lei da Transparência
- M – Modelo Operacional
- MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
- MSC – Matriz de Saldos Contábeis
- NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- NBC TSP EC - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
- NICSP – Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PC – Prestação de Contas
- PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
- PPGDEE - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social e Estratégia Empresarial
- RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- RGF – Relatório de Gestão Fiscal
- S - Solução
- SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
- SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
- SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

T – Modelo Teórico

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TI – Tecnologia de Informação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade da Federação

XBRL - Extensible Business Reporting Language

XLS - Excel Language Spreadsheet

SUMÁRIO

1 CONTEXTO DA DESCOBERTA	4
2 MODELO TEÓRICO	9
2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público	9
2.2 Transparência Pública	10
2.3 <i>Accountability</i>	12
2.4 Prestação de contas	13
2.5 Controle Social	14
2.6 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	15
2.7 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	17
2.8 Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	18
2.8.1 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)	18
2.8.2 Matriz de Saldos Contábeis (MSC).....	25
2.8.3 Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).....	26
2.8.4 Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).....	28
2.9 Engenharia de Software	29
2.9.1 Application Programming Interface (API).....	31
3.0 Estudos Afins	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Atividade de Conceitualização	36
3.2 Atividade de Modelagem	36
3.3 Atividade de Solução do Modelo	38
4 MODELO OPERACIONAL	39
4.1 Modelagem de requisitos para alimentação do Software Aplicativo	39
4.2 Modelagem das funcionalidades do Software Aplicativo	45
5 SOLUÇÃO	52
5.1 Modelo de requisitos do Município de Montes Claros – MG	52
5.2 Protótipo do Software Aplicativo TESOIRO NOSSO	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

1 CONTEXTO DA DESCOBERTA

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo, ressalvadas as que têm sigilo do Estado. Destaca-se, nesse sentido, a Lei da Transparência – Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que determina a disponibilização, em tempo real, das informações de execução orçamentária e financeira da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios (BRASIL, 1988; 2009).

A necessidade de prestar contas das verbas públicas é uma realidade nesse contexto. A prestação de contas está ligada à transparência da gestão pública, como e se foram utilizados os recursos de maneira adequada. Em obediência a essa legislação, foram criados Portais da Transparência por parte do Governo Federal¹, estados, Distrito Federal e municípios, ferramentas desenvolvidas para que a própria população possa acompanhar como estão sendo empregados os recursos públicos. Iniciativas também têm sido adotadas pelos Tribunais de Contas dos estados, como o ‘Fiscalizando com o TCE’², do Estado de Minas Gerais, que tem como objetivo informar para a sociedade o percurso do dinheiro público, como por exemplo a prestação de contas realizada por um município com a aquisição de veículos escolares, suas manutenções e abastecimentos, além do pagamento aos motoristas.

A tendência tem sido de um crescente interesse da população sobre se os gestores públicos estão administrando apropriadamente os recursos. Essas ferramentas de consulta às prestações de contas que são disponibilizadas à sociedade buscam também atender as demandas do ‘controle social’, que é definido como a participação dos cidadãos na defesa de seus direitos e interesses na escolha de políticas públicas e na destinação de recursos que visem promover e fortalecer o desenvolvimento do município, estado e/ou união.

Quando o ente governamental disponibiliza as informações para a sociedade sem que sejam previamente solicitadas, ou seja, uma disponibilização proativa das informações, ocorre o que se denomina como transparência ativa. Mendel (2009) explana a respeito do assunto indicando que, para se obter o direito à informação na prática, não basta apenas que os órgãos públicos atendam às solicitações, isto é, a transparência passiva, pois o acesso às informações muitas vezes dependem de que esses órgãos publiquem e divulguem de maneira voluntária, sem nenhuma requisição por parte da população.

¹ Link: <https://www.portaltransparencia.gov.br>

² Link: <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br>

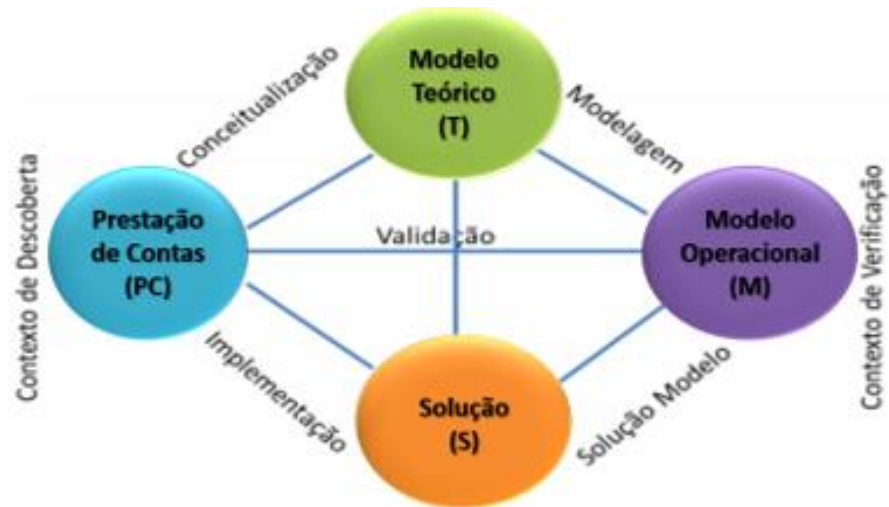
Com o propósito de aprimorar a prestação de contas, foi instituída a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 10 de março de 1986, pelo Decreto nº 92.452, com o objetivo de gerenciar as contas públicas com eficiência e transparência. E para receber informações contábeis, financeiras e fiscais, a STN estabeleceu alguns sistemas informatizados, como o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Esses sistemas são ferramentas de modernização das finanças públicas, buscando mais transparência para as prestações de contas, visando um maior controle da gestão fiscal (BRASIL, 1986).

A STN buscou como objetivo para esses sistemas informatizados: o fortalecimento da transparência para a sociedade. Entretanto, essas ferramentas ainda não atingiram o objetivo de alcançar o público em geral de maneira mais transparente, ficando, por hora, circunscrita somente aos profissionais da gestão pública quando utilizam os sistemas para o envio das prestações de contas obrigatórias. Apesar das iniciativas por parte da administração pública, ainda existem informações que não são de fácil entendimento para o público em geral. Nos *sites* direcionados para emissão dos relatórios, as informações não são intuitivas, dificultando o entendimento das prestações de contas fornecidas pelos entes governamentais.

Uma alternativa visando a facilitação do entendimento da sociedade em torno das prestações de contas da STN é o desenvolvimento de um *software* aplicativo que busque a melhoria do entendimento dessas informações por parte dos cidadãos. Para desenvolver um *software* é necessário que se estruture um modelo que subsidie sua estruturação. Um modelo é uma forma de obtenção de conhecimento, sendo a representação de uma realidade. Como definido por Mazzon (1978), um Modelo Conceitual é a representação esquemática de um objeto, sendo constituído de quatro elementos básicos: Objeto de Estudo, Modelo Teórico, Modelo Operacional e Solução.

A Figura 1 apresenta a estrutura de um Modelo Conceitual, adaptada do modelo proposto por Mazzon (1978). Os dois elementos extrínsecos são o Contexto de Descoberta e o Contexto de Verificação. O primeiro é associado a um conjunto de aspectos relativos à origem das ideias. Já o segundo, relaciona-se a um conjunto de aspectos relativos à comprovação das ideias. As componentes intrínsecas são os elementos do Modelo Conceitual: Objeto de Estudo, que no caso deste trabalho são as Prestações de Contas (PC), Modelo Teórico (T), Modelo Operacional (M) e Solução (S); e as atividades do modelo – que são operações por meio das quais se passa de uma para outra etapa do modelo –, são: Conceitualização, Modelagem, Solução do Modelo e Implementação:

Figura 1 – Estratégia de Pesquisa – Proposição do Modelo Conceitual



Fonte: Adaptado de Mazzon (1978).

O Modelo Teórico, como o próprio nome diz, envolve a teoria que forma a sistematização do conhecimento que abrange o sistema referenciado. Já o Modelo Operacional consiste na instrumentalização do Modelo Teórico, ou seja, ele é o intermediário entre a teoria e a técnica para o alcance da Solução que, por sua vez, é obtida com base no Modelo Operacional. Sendo assim, a Solução é o resultado do problema e é a partir dela que é desenvolvido o processo de implementação.

Além dos elementos do Modelo Conceitual, as atividades representam o processo do modelo: a Conceitualização, em um domínio essencialmente filosófico; a Modelagem e a Solução do Modelo, na perspectiva de um domínio essencialmente científico; e sua Implementação, em um domínio essencialmente prático e gerencial.

A Conceitualização, por meio da qual se desenvolve o Modelo Teórico, é o processo de formação de conceitos básicos relativos à idealização de um problema e/ou sistema. A Modelagem, que visa o desenvolvimento do Modelo Operacional, está relacionada ao processo de caracterização do sistema, ou seja, é a forma de instrumentalização do Modelo Teórico. Em se tratando da Solução do Modelo é o processo no qual ocorre a aplicação dos métodos, objetivando a solução do Modelo Operacional.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que norteia este estudo é: Como deve se estruturar um Modelo Conceitual que subsidie o desenvolvimento de um *software* aplicativo que vise a transparência para a sociedade da prestação de contas públicas dos municípios brasileiros?

O objetivo geral é de desenvolver um Modelo Conceitual que dê suporte para a elaboração de um *software* aplicativo que vise levar conhecimento para a sociedade a respeito dos gastos públicos dos municípios brasileiros com as informações geradas através das prestações de contas da STN. Os objetivos específicos se propõem a desenvolver as etapas de um Modelo Conceitual: a conceitualização para elaboração do Modelo Teórico; a modelagem para geração do Modelo Operacional; e a solução do modelo para se chegar ao componente Solução. A escolha dos municípios para integrarem o *software* aplicativo, dentre os entes governamentais obrigados a cumpri-las, coaduna com o propósito de propiciar aos cidadãos informações sobre as prestações de contas de cada um dos 5.568 municípios brasileiros.

Não foram encontrados estudos da área que visem a proposição de um *software* aplicativo que forneça informações para a sociedade a respeito de prestações de contas. Na pesquisa de estudos afins, há trabalhos que tangenciam o tema, como: Prado e Loureiro (2006) analisam o papel do governo eletrônico na transparência dos atos públicos; Cruz (2010) verifica o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos dos grandes municípios brasileiros; Reis, Dacoso e Tenório (2015) verificam a influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais; Pinheiro e Silva (2017) descrevem o *disclosure* informacional dos Tribunais de Contas dos Estados sob a perspectiva do papel que essas entidades exercem na sociedade; Macedo (2019) analisa a transparência, a prestação de contas e a participação social na gestão pública do Brasil; Kornin, Moura e Nagamine (2020) descrevem sobre o uso da *Web* na gestão municipal; Marques, Silva e Brito (2021) discorrem sobre a importância da participação popular na fiscalização e controle social dos gastos públicos. No âmbito do PPGDEE, a dissertação de Sodré (2021) é fonte para o presente trabalho na medida em que propõe um modelo conceitual para elaboração de um *software* destinado a facilitar o entendimento dos indicadores econômico-financeiros dos entes governamentais pelos gestores públicos.

Como contribuição deste estudo para a sociedade, espera-se alcançar um trabalho que desenvolva melhorias para o acesso às informações das prestações de contas, uma exigência social da população, que requer um melhor planejamento e efetividade das ações das gestões municipais. E para que isso seja obtido, faz-se a necessidade de estudar e analisar os sistemas informatizados criados pelo governo no esforço de se obter de forma mais eficiente a transparência das informações. O que se buscará atingir por meio de um *software* aplicativo com relatórios simplificados e interpretados para que a sociedade tenha acesso aos gastos públicos realizados no país.

Além disso, o trabalho trará contribuição acadêmica ao desenvolver um estudo com base na estratégia de pesquisa de proposição de modelos (MARTINS e THEÓPHILO, 2016). A partir da discussão teórica sobre um tema de fundamental importância, avança no sentido da proposição de um Modelo Conceitual que amparará o desenvolvimento de um *software* aplicativo.

Assim, o estudo busca contribuir não apenas como uma diretriz de responsabilidade fiscal, legal e social da gestão dos entes públicos, mas também como um instrumento que poderá, futuramente, se somar ao esforço de influenciar a sociedade a permanecer na contínua busca pela transparência pública.

Além desta introdução, nomeada de Contexto da Descoberta, o trabalho será estruturado em mais quatro capítulos. No segundo capítulo, será apresentado o Modelo Teórico; no terceiro capítulo serão evidenciados os Procedimentos Metodológicos; no quarto capítulo será discutido o Modelo Operacional; no quinto capítulo, a Solução do Modelo e no sexto e último capítulo, as Considerações Finais.

2 MODELO TEÓRICO

Neste capítulo se discute sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Transparência, *Accountability*, Prestação de Contas, Controle Social, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, conceitualizando o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, Matriz de Saldos Contábeis, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde e Engenharia de *Software*.

Os assuntos supracitados foram abordados na busca de embasar o tema proposto para o trabalho. Nesse sentido, ao buscar a conceitualização de cada tópico, os itens foram interligados, visando uma sincronia entre os assuntos.

2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A contabilidade pública é aquela que registra, controla e demonstra a execução orçamentária e o patrimônio público. Está relacionada à gestão de recursos públicos e, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), deve prestar serviços à sociedade.

O marco inicial da contabilidade pública é a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, na qual se “institui as normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanço da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.” Dada a importância dessa legislação, Haddad e Mota (2010) conceituam a contabilidade aplicada ao setor público como o ramo da ciência contábil que aplica na administração pública as técnicas de registros dos atos e fatos administrativos, por meio da apuração de resultados e elaboração de relatórios periódicos, levando em conta as normas previstas na Lei 4.320/1964.

O §9º do artigo 165 da CF/88, discorre, na Seção II – Orçamentos, sobre o que estabelecerão as leis de iniciativa do Poder Executivo, que:

Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

III - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166. (CF/88)

A contabilidade pública auxilia o gestor público no processo decisório. É nela que é registrado o orçamento aprovado de cada ano com a Lei Orçamentária Anual (LOA), além das informações sobre os bens, direitos e obrigações do ente público. Seus registros contábeis são acompanhados pela própria administração pública e disponibilizados para a sociedade. Já sua fiscalização é realizada pelos Tribunais de Contas.

Para a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (NBC TSP EC) o principal objetivo das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores.

A NBC TSP EC (2016) define que as demonstrações contábeis devem ser compostas dos seguintes elementos:

- 1) Ativo – é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- 2) Passivo – é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- 3) Receita – corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade e não é oriunda de contribuições dos proprietários.
- 4) Despesa - corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade e não é oriunda de distribuições aos proprietários.

Andrade (2013) destaca que a grande diferença entre contabilidade pública e a contabilidade privada é que visa o lucro financeiro e se permite fazer tudo aquilo que a legislação não proíbe, enquanto aquela usa seus ativos em prol dos objetivos sociais independentemente da geração de resultados financeiros, e só pode realizar tudo aquilo que estiver legalmente determinado.

2.2 Transparência Pública

A democracia é baseada no poder do povo e sua licitude se dá quando a população tem amplo acesso às informações da administração pública. Esse direito é previsto no artigo 5º da CF/88. O incentivo à transparência pública ganhou força com a criação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei do Acesso à Informação (LAI), por meio da qual a publicidade dos atos e informações da gestão foi ampliada e facilitada, já que os órgãos passaram a publicar dados de forma mais clara e organizada em seus portais on-line de acesso a qualquer cidadão.

Em sua obra ‘Transparência e Democracia no Brasil’, Bresser-Pereira (2004) ressalta que “a transparência do Estado se efetiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental, o que torna mais democrática a relação entre o Estado e a sociedade civil”. Nesse viés, enfatiza-se que a transparência se tornou uma ampla ferramenta utilizada para a

comunicação entre os gestores públicos e a sociedade em busca do aumento das ações populares no combate à corrupção. A Controladoria Geral da União (CGU) define que:

A Transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade. Uma gestão pública transparente permite à sociedade, com informações, colaborar no controle das ações de seus governantes, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

A garantia da transparência sobre as contas públicas foi acentuada pela Lei 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a intenção de preservar a confiabilidade da informação. A LRF estabelece procedimentos para uma melhor administração, como a fixação de limites com gastos com pessoal e as metas de controle com despesas e receitas públicas. O governante que descumprir algum prazo ou regra estará sujeito a sanções legais previstas ou até mesmo punido pela lei que trata de crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000) (BRASIL, 2000).

No seu art. 48, a LRF expõe que os instrumentos da transparência são os planos orçamentários e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO); prestações de contas e o parecer prévio com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Além disso, traz em seu primeiro parágrafo a garantia da transparência:

Art. 48 [...]

§ 1º [...]

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

A Lei da transparência (LT), que é a Lei Complementar 131/2009, realizou alterações na LRF no quesito de transparência da gestão fiscal. A LT determina a disponibilização em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos entes da federação. Assim, considera-se tempo real a disponibilização “até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema”. Por esse motivo, a LT melhorou a tempestividade das informações recebidas pelos cidadãos. (BRASIL, 2009).

Assim, é interessante que os gestores de todas as esferas administrativas considerem a Transparência Pública como uma prioridade, não apenas para atender à lei, mas também como um aparelho de aproximação entre a administração pública e a população, pois a partir de um

maior contato com os cidadãos, é possível entender melhor suas demandas e estabelecer prioridades para atendê-las.

Ao que diz respeito ao cidadão, todos têm direito ao acesso e conhecimento das informações sobre os gastos públicos, em todas as esferas. Martins (2011) discorre que:

O direito de acesso à informação impõe duas obrigações sobre os governos. Primeiro, existe a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre o que os diferentes órgãos públicos estão fazendo. Segundo os governos têm a obrigação de receber do público pedido de informação e respondê-los, disponibilizando os dados solicitados e permitindo que o público tenha acesso aos documentos originais indicados ou receba cópias dos mesmos.

Existem as chamadas transparência ativa e passiva, em que na primeira a administração pública divulga suas informações sem que haja a solicitação da sociedade, ou seja, as informações são expostas de forma espontânea, por iniciativa própria do governo. Já na segunda, a divulgação das informações é feita quando demandada pela população. Ambas foram criadas pela LAI, uma vez que a lei considera a transparência uma melhoria para a gestão pública, além de aumentar a qualidade dos serviços prestados à sociedade e contribuir para diminuir a corrupção.

Em seu artigo 3º, a LAI orienta os seguintes princípios e diretrizes:

- I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - Desenvolvimento do controle social da administração pública.

Destaca-se, desta forma, que as informações devem surgir de forma proativa, independente de solicitações do público, uma vez que, é exceção que os órgãos públicos atendam a pedidos, pois o esperado é a divulgação de forma ativa, desenvolvendo assim, o controle social que busca a ideia um governo aberto com cidadãos informados a respeito da trajetória das verbas públicas.

2.3 Accountability

Na busca de ser transparente diante da população, que por sua vez, exerceu o poder democrático de escolher políticos para governarem o país, o termo *Accountability* surgiu para, conforme Schedler (1999), cobrar respostas dos governantes sobre as informações que são disponibilizadas para o público, ou seja, mais transparência no exercício do poder. Schedler ainda ressalta que “a demanda por *accountability* origina-se da opacidade do poder.”

A tradução da palavra *accountability*, segundo o *Cambridge Dictionary*, é responsabilidade. Pinho e Sacramento (2009) esclarecem que o termo é antigo na língua inglesa, trazendo implicitamente a ideia de responsabilização pessoal pelos atos praticados e, explicitamente, a exigência de prestar contas, seja no âmbito público ou privado.

Entende-se assim, que o termo remete à responsabilização daqueles que ocupam cargos públicos para com a população em geral, ou seja, existe a obrigação de ser transparente com toda a sociedade. Para Cintra et al (2014), *accountability* é o dever de prestar contas dos resultados decorrentes das responsabilidades dos poderes delegados, esperando que se preste contas, de todas as ações, assumindo as consequências dos atos.

Diante disso, Amaral e Pinho (2008) explicam que *accountability* é um processo que está em construção na sociedade brasileira e que a Lei de Responsabilidade Fiscal é um exemplo do que a população tem conseguido no viés da transparência pública.

2.4 Prestação de contas

A prestação de contas é dever de todo gestor que assume poder em órgãos públicos. Esse mesmo gestor necessita apresentar todos os seus atos para a população de maneira ágil e transparente, ou seja, demonstrar o que, como e por que determinadas decisões são tomadas pelo ente.

Silva (2008) define a prestação de contas como o processo pelo qual, dentro dos prazos fixados, o responsável está obrigado a comprovar, perante o órgão competente, o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerários e valores que lhe foram confiados. Assim, o processo de prestação de contas é realizado pelo próprio gestor ou alguém que ele delegar competência. A prestação de contas deverá abranger os componentes essenciais que permitam que os entes responsáveis pelo controle externo e interno acompanhem e fiscalizem as partes orçamentárias e financeiras.

Em seu artigo 70, a CF/88 dispõe sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes, quanto à legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Essa fiscalização será exercida pelo Congresso Nacional, mediante os controles externo e interno de cada poder. Dito isso, ainda no artigo 70, o seu parágrafo único dispõe:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (CF/88)

A prestação de contas está ligada à transparência da gestão pública, como e se foram utilizados os recursos de maneira adequada. A população tem interesse sobre se os gestores públicos cuidam das verbas apropriadamente.

As Leis 4.320/1964, 9.755/1998 e a Lei Complementar 101/2000 são instrumentos legais que os Tribunais de Contas utilizam para acompanhar a divulgação das prestações de contas públicas. Para compreender as demandas, vale ressaltar que a competência do Tribunal de Contas da União é a esfera Federal, o Tribunal de Contas dos Estados, compete aos Estados e Municípios, mas caso haja no município um Tribunal de contas, este responderá pelo ente.

2.5 Controle Social

O controle social pode ser sintetizado como a participação do cidadão na gestão pública. Pode ser considerado uma ferramenta que busca fortalecer a cidadania e sua aproximação com o Estado, uma vez que a população pode fiscalizar, monitorar e controlar os atos públicos. Essa forma de controle é garantida pela CF/88 quando, em seu parágrafo único do artigo 1º, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Dessa forma, a sociedade em geral tem direito de operar no controle e fiscalização das ações da administração pública. Além disso, a CF/88 defende a transparência, a fiscalização e o controle interno, externo e social, assegurando a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social (BRASIL, 1988).

Análogo ao entendimento da CGU (2022), o controle social não implica apenas na fiscalização das aplicações dos recursos, mas também no acompanhamento e na implementação de políticas públicas. A efetiva participação da sociedade contribui para uma democracia consolidada em nosso país, pois o cidadão possui grande importância na participação gestão e em exercer o controle social. Com o auxílio da população, controlar os gastos dos governos se torna mais efetivo.

Ao discorrer a respeito do controle social, tende-se a perceber que o tema envolve uma complexidade devido às distintas percepções e características, pois está relacionado a múltiplos conceitos e classificações. Existe um cenário político/público com um discurso que envolve a participação da sociedade nos processos de planejamento, inclusive na aplicação de recursos, visando um bem coletivo. E por outro lado, há uma ideia de que o controle social vem da perspectiva na qual o Estado tem controle sobre a sociedade, mantendo a ordem e a realização dos objetivos desejados.

De acordo com Martins (1989), as pessoas, muitas vezes, preferem evitar temas que discorram sobre Controle Social, pois temem provocar um mal-entendido e certas reações de reprovação devido ao conceito ambíguo que o assunto envolve. Para o autor, o termo “controle” carrega uma dicotomia: controlador e controlado. Sendo assim, o controle pode ter como definição o ato ou poder de controlar algo.

Na visão democrática, ocorre a participação da sociedade na defesa e escolha de seus direitos. “Presume-se que o povo detém o poder soberano e, portanto, é ao povo que cabe a função de controlador. Estar a favor dos controles, para os democratas, nada implica de antipopular: ao contrário, é ser consequente” (MARTINS, 1989, p. 5). Dito isso, o autor defende que não se deve confundir controle com opressão, pois em situações de controle os direitos e as liberdades são garantidos.

Campanhas de apoio à população para fiscalizar a atuação dos novos representantes e o que tem sido executado nos municípios são incentivadas. Como a campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), iniciada em 2018, denominada “Cobre, fiscalize, participe. A cidade é sua, é de todos nós”, no intuito de mostrar ao cidadão que compete a ele acompanhar de forma assídua o que está sendo executado em sua cidade, pois a qualidade da gestão está ligada às práticas de fiscalização e controle por parte da sociedade.

O papel da sociedade no controle social é de grande valia, pois quando o cidadão tem a oportunidade de avaliar, discutir e atuar na fiscalização dos recursos públicos, tanto nos processos como nos resultados, ele se torna um fiscalizador do Estado, averiguando assim se os recursos estão sendo bem empregados visando o bem coletivo.

2.6 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

Feijó e Ribeiro (2015) indicam que a padronização faz parte da cultura brasileira e que, possivelmente, seja uma herança dos tempos de planificação vivida nos períodos da ditadura. Alguns enxergam a padronização como um engessamento que dificulta o processo criativo e inovador. Já outros veem a diminuição dos custos e melhoria do processo de trabalho, mitigando os erros e ajudando o entendimento dos usuários.

Com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, a Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON), elaborou, em 2009, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)³, por

³ Entrou em vigor na União em 2011, Estados em 2012 e nos Municípios em 2013.

meio do qual se buscou adequar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) aos padrões internacionais de contabilidade do setor público e às regras e procedimentos de estatísticas de finanças públicas reconhecidas por organismos internacionais.

O PCASP é formado por uma relação padronizada de contas, apresentadas em conjunto com atributos conceituais, que permite a consolidação das contas públicas nacionais, conforme determinação da LRF. O plano de contas é dividido em oito classes sendo 1 (ativo), 2 (passivo), 3 (Variação Patrimonial Diminutiva), 4 (Variação Patrimonial Aumentativa), 5 (Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento), 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), 7 (Controles Devedores) e 8 (Controles Credores).

O PCASP tem como escopo um plano dotado de todas as contas para que a Contabilidade Pública possa efetuar os devidos registros contábeis. É fundamental sua importância, pois ao utilizar a padronização do PCASP para todas as entidades públicas pode-se encontrar um padrão das contas a serem utilizadas e divulgadas pelas demonstrações contábeis. Isso visto que o plano de contas é formado por um conjunto de contas previamente estabelecido e permite obter as informações necessárias para a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis.

De modo específico e objetivo, o PCASP visa:

- a) atender às necessidades de informação das entidades do setor público;
- b) cumprir a legislação vigente (Lei nº 4.320/1964, Lei nº 6.404/1976 e Lei Complementar nº 101/2000) e as Normas Aplicadas ao Setor Público (NBCASP);
- c) possibilitar a implantação de rotinas contábeis que venham a convergir, no médio e longo prazo, para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP).

Dado o exposto, é importante entender que o PCASP é uma regra imprescindível, haja vista que nele se encontram informações que visam facilitar a escolha de qual conta utilizar em cada registro contábil. Além disso, o PCASP disponibiliza uma estrutura de códigos padronizada para todos os entes e permite que as demonstrações contábeis sejam consolidadas em nível federal.

2.7 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal vem instituir as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. De acordo com Silva (2014), a LRF busca aprimorar os controles que existem na administração pública, designando aos administradores a responsabilidade pela gestão fiscal.

De acordo com Martins (2010), a LRF tem como objetivo fornecer informações atualizadas e corretas para auxiliar a tomada de decisões dos administradores, trazendo assim uma melhoria nas contas públicas. Ainda afirma que a Lei de Responsabilidade Fiscal valorizou a contabilidade aplicada ao setor público.

Como descrito em seu artigo 1º, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ainda em seu artigo 1º, no parágrafo 1, descreve que a responsabilidade na gestão fiscal implica na ação planejada e transparente, na qual se previnem os riscos e corrigem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Sodré (2002) explana que a LRF possui normas que objetivam melhorar os instrumentos orçamentários para que sejam mecanismos de planejamento da administração pública, instituir mecanismos de controle do déficit e da dívida consolidada e aprimorar a transparência da gestão pública, disponibilizando o acesso para a sociedade de todas as atividades realizadas pelo governo.

A LRF baseia-se em três princípios definidos por Silva (2014):

Planejamento – processo estruturado no sentido de coordenar o exercício de opções com vistas à tomada de decisões que maximizem, em termos de eficiência, eficácia e efetividade, o emprego de recursos escassos e que ordenem os processos de execução.

Transparência – ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, dos atos praticados pela Administração Pública. A transparência também será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização das audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Equilíbrio das contas – consiste em gastar aquilo que foi planejado em função da arrecadação de receitas, evitando-se déficits e aumento da dívida pública. O equilíbrio das contas exige o cumprimento das metas de resultado entre receitas e despesas, obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita e geração de despesa em geral, e despesas, obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita e geração de despesa em geral.

De acordo com Sodré (2002), a LRF, buscando a disciplina fiscal, instituiu algumas modificações nas regras de planejamento e controle das contas públicas no Brasil. Ainda segundo ele, a LRF trata-se de uma lei de grande abrangência que dispõe e regulamenta aspectos

do controle das arrecadações e dos gastos governamentais. Além disso, a lei mostra como os governos devem lidar com a gestão e aplicação de recursos públicos.

A LRF dispõe de ferramentas para o acompanhamento das atividades financeiras do Estado, as chamadas ferramentas de gestão, as quais são:

- Anexo de Metas Fiscais – Artigo 4º, § 1º.
- Anexo de Riscos Fiscais – Artigo 4, § 3º.
- Metas Bimestrais de Arrecadação – Artigo 13.
- Programação Financeira Mensal – Artigo 8º.
- Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Artigos 52 e 53.
- Relatório de Gestão Fiscal – Artigos 54 e 55.

2.8 Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

A Secretaria do Tesouro Nacional é o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal. Integra o Ministério da Fazenda e entre suas principais atribuições estão: a administração da Conta Única do Tesouro Nacional; o planejamento e a administração da dívida mobiliária interna; a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; a administração do Programa Tesouro Interno; a administração do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal e também tem responsabilidade pelo Finanças do Brasil por meio do qual recolhe informações sobre despesas e receitas dos municípios brasileiros.

Além disso, é fundadora dos sistemas informatizados Siconfi, MSC, SIOPE e SIOPS, que são responsáveis por fornecer informações sobre prestações de contas públicas e trataremos a seguir.

2.8.1 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro foi desenvolvido em 2015, como um instrumento facilitador para a produção e análise de informações contábeis e fiscais, além de padronizar os mecanismos de consolidação e aumentar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais recebidas dos municípios, estados, Distrito Federal e união. É uma ferramenta concebida para disseminar as práticas de transparência pública e controle social (STN, 2019).

Conforme a STN (2019), o Siconfi veio alcançar objetivos que procuram modernizar as práticas contábeis aplicadas no setor público nacional, como:

Substituir o Sistema de Coleta de Dados Contábeis como meio de prover a STN das informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações, especificamente aquelas relativas à Consolidação das Contas Nacionais, estabelecidas pela LRF;
 receber a Matriz de Saldos Contábeis, enviada pelos poderes e órgãos dos entes da Federação e disponibilizar as demonstrações contábeis, os demonstrativos exigidos pela LRF, bem como outros demonstrativos exigidos por legislação e normativos complementares;
 padronizar o intercâmbio de informações entre a União e os entes da Federação por meio do uso da linguagem XBRL - *Extensible Business Reporting Language*;
 desenvolver e implantar a Taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
 aperfeiçoar o recebimento de dados; padronizar a aprimorar os mecanismos de consolidação;
 facilitar a produção e análise de informações contábeis e fiscais;
 aumentar a qualidade e confiabilidade das informações recebidas e produzidas;
 evitar a manipulação de dados, priorizando o acesso à fonte.

O Sistema é responsável pelo envio e alimentação dos relatórios fiscais para prestação de contas: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Declaração de Contas Anuais (DCA). Atualmente, a MSC integrou ao sistema para preenchimento automático do RREO, RGF e DCA, tornando assim a prestação de contas mais transparente.

2.8.1.1 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) compreende a situação fiscal do município com informações acerca da execução orçamentária da receita e da despesa pública. O RREO é uma exigência da CF/88, a qual estabelece, em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, ou seja, sua publicação é bimestral e, de acordo com a STN (2021), o objetivo dessa periodicidade é permitir que a população, por meios dos órgãos de controle, conheça e acompanhe a execução orçamentária governamental.

Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 165 da Constituição Federal, a LRF, em seus artigos 52 e 53, reafirma seu prazo de publicação de até trinta dias após o encerramento do bimestre, e dispõe sobre quais são os demonstrativos fiscais que o relatório compreende.

Um dos propósitos do RREO é o alcance do registro e a evidenciação do orçamento público, desde a sua aprovação até a sua execução. O relatório deve ser assinado pelo gestor do Poder Executivo e pelo contador responsável pela sua elaboração.

A STN (2021) informa que o relatório integra quatorze demonstrativos fiscais, que deverão ser elaborados com base em dados contábeis consolidados no âmbito da administração

direta, autarquias, fundações e fundos especiais, além das empresas públicas e fundos de economia mista.

O Quadro 1, explana sobre os demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Quadro 1 - Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (CONTINUA)

Demonstrativos	Objetivos
Anexo 1 - Balanço Orçamentário	O balanço orçamentário demonstra a execução orçamentária em determinado exercício, apresentando resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). Entretanto é possível utilizar superávit de exercícios anteriores, possibilitando a abertura de créditos adicionais para as despesas não fixadas ou não contempladas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Com isso o balanço possibilita a análise dos resultados com base no confronto com os superávits de exercícios anteriores (STN, 2021).
Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção	Estabelecido pelo artigo 52, inciso II, alínea “c” da LRF, o demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção, deve ser elaborado conforme resolução N° 42 de 14 de abril de 1999. Esse demonstrativo informa as despesas realizadas pelo ente no período, e as apresenta em segregação funcional, e apresentadas nas diversas aéreas de atuação do setor público (STN, 2021).
Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL)	A receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes de entes da federação. O demonstrativo da receita corrente líquida, demonstra a RCL no mês de referência e dos onze meses anteriores. Tem como principal objetivo, servir de parâmetro para os limites de despesa com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, dentre outros (STN, 2021).
Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias	Este demonstrativo deve ser elaborado somente por aqueles municípios que dispõem de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ele tem finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias (STN, 2021).
Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal	Primário - O demonstrativo conterá os valores das receitas e despesas primárias, ou não financeiras. Seu objetivo principal e verificar se as fixadas no anexo de metas fiscais serão atingidas (STN, 2021). Se a diferença entre as receitas e despesas primárias for positiva (Superávit), demonstra o quanto a entidade dispõe para pagamento dos serviços da dívida. Por outro lado, se a diferença for negativa (Déficit), representa que a parcela de aumento dívida; Nominal - Exigido pelo artigo 53, inciso III o demonstrativo do resultado nominal mede a evolução da dívida fiscal líquida em determinado período. Nele são informados valores da dívida fiscal líquida, e valores relativos à meta de resultado fixadas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (STN, 2021). Os dados apresentados nesse demonstrativo devem estar de acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, presente no Relatório de Gestão Fiscal.
Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão	Os restos a pagar constituem compromissos financeiros exigíveis, e compõem a dívida flutuante. Podem ser divididos em restos a pagar processados, originados de despesas empenhadas e liquidadas, ou seja, aquelas realizadas e prontas para o pagamento; e em restos a pagar não processados, que são aqueles originados de despesas empenhadas, mas que ainda não foram liquidadas, não existindo assim o direito líquido e certo do credor. (STN, 2021).
Anexo 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE	O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às informações das receitas e despesas relacionadas à educação, especialmente quanto ao cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE100, aos recursos destinados ao Fundeb e ao cumprimento das regras para aplicação desses recursos, permitindo a avaliação e controle pelo governo e pela sociedade (STN, 2021).
Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	A finalidade do Anexo é demonstrar o cumprimento da Regra de Ouro, ou seja, a vedação constitucional da realização de receitas das operações de crédito excedentes ao montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.173 Os recursos de operações de crédito serão considerados pelo total ingressado no exercício financeiro (STN, 2021).

Quadro 1 - Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (CONCLUSÃO)

Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência	O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência à projeção atuarial do regime de previdência no longo prazo, ou seja, para avaliação se os recursos alocados são suficientes para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano. Essa avaliação é importante para dimensionar o impacto fiscal no ente da necessidade de financiamento do regime de previdência (STN, 2021).
Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	O demonstrativo tem o objetivo dar transparência à destinação dos recursos obtidos com alienação de ativos, com vistas à preservação do patrimônio público (STN, 2021).
Anexo 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com ações em Serviços Públicos em Saúde	O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da lei Complementar nº 141/2012,196 bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade (STN, 2021).
Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias Público-Privadas	O Demonstrativo tem por função dar transparência ao cumprimento do limite das despesas derivadas das parcerias público-privadas em relação à receita corrente líquida, além de evidenciar os contratos de PPP existentes e o montante a ser firmado (STN, 2021).
Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	Este demonstrativo visa evidenciar de forma simplificada, e em um único demonstrativo, as execuções orçamentária e de restos a pagar, a apuração dos limites mínimos constitucionalmente estabelecidos de aplicação em saúde e educação, a apuração do limite máximo constitucionalmente permitido para contratação de operações de crédito, as projeções atuariais dos Regimes de Previdência bem como suas receitas e despesas, o valor da Receita Corrente Líquida, o cumprimento das metas de resultado nominal e primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO e a aplicação da receita de capital derivada da alienação de ativos (STN, 2021).

Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (2021)

Conforme demonstrado no Quadro 1, cada anexo do RREO tem um objetivo, estando todos voltados para a execução orçamentária, visando transparência e equilíbrio entre as receitas e as despesas do ente público.

2.8.1.2 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação do Relatório de Gestão Fiscal está descrita no artigo 54 da LRF, o qual estabelece que ao final de cada quadrimestre os titulares dos Poderes e Órgãos deverão publicar o relatório de gestão fiscal. Este deve ser publicado em até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder.

A STN (2021) dispõe que, para os municípios com população menor que cinquenta mil habitantes, o RGF pode ser publicado semestralmente. Entretanto, caso ultrapassem os limites de despesa total com pessoal ou da dívida consolidada, esses municípios têm a obrigatoriedade de publicar o relatório quadrimestralmente, enquanto perdurar essa situação.

A abrangência do RGF, de acordo com o artigo 4º da Portaria STN Nº. 589 de 27 de dezembro de 2001, percorre a administração direta, autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O Relatório de Gestão Fiscal, conforme artigo 55 da LRF, é composto de seis demonstrativos comparativos, os quais são:

- 1- Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- 2- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- 3- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- 4- Demonstrativo das Operações de Crédito;
- 5- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
- 6- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

O Quadro 2 descreve sobre os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

Quadro 2 - Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativos	Objetivos
Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal	O Demonstrativo visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (STN, 2021). A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (STN, 2021).
Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	O detalhamento, a forma e a metodologia de apuração da Dívida Consolidada Líquida visam assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes (STN, 2021).
Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	Este demonstrativo visa a assegurar a transparência das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os limites de que trata a LRF, bem como das contragarantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas (STN, 2021).
Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito	O demonstrativo visa a assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Ente da Federação e a verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal (STN, 2021). A realização de operações de crédito depende de autorização legislativa, e esta deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, devendo ser observado os limites e condições constantes da LRF (STN, 2021; Resoluções SF nº 40 e 41, de 2001; Resolução SF 48, de 2007, LRF, artigo 32).
Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	O Demonstrativo visa a dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação, em cumprimento ao disposto no art. 55, inciso III, alíneas “a” e “b” (STN, 2021).
Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	O Demonstrativo visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações, para fins de transparência. (STN, 2021).

Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (2021)

Conforme os objetivos dos anexos do RGF, apresentados no Quadro 2, percebe-se que a transparência é fundamental para o acompanhamento da gestão fiscal, no qual busca-se a adequação dos índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.8.2 Matriz de Saldos Contábeis (MSC)

A Matriz de Saldos Contábeis é uma estrutura padronizada desenvolvida para receber informações contábeis e fiscais dos entes da federação com a finalidade de consolidar as contas nacionais, gerar as estatísticas, além de elaborar as declarações do setor público (STN, 2018). A MSC possui os seguintes objetivos: “1) automatizar a elaboração dos relatórios; 2) melhorar a qualidade da informação pública, permitindo comparações; 3) permitir análises mais eficazes e transparentes (STN, 2018).

A MSC foi estabelecida a partir da Portaria nº 549, de 07 de agosto de 2018, considerando a necessidade de estabelecer a periodicidade, o formato e o sistema para que a união, os estados, o distrito federal e os municípios, disponibilizem suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais a serem divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público; considerando a necessidade de elaborar a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da federação relativas ao exercício anterior e ponderando as normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse.

A MSC é uma estrutura que agrupa uma relação de contas contábeis e de informações complementares e será produzida a partir do PCASP, ou seja, ela é integrada ao plano de contas. Suas informações complementares correspondem aos controles de natureza orçamentária ou gerencial que permitem um controle individualizado e associado com as contas do PCASP. As informações complementares da MSC são: poder e órgão, indicador do superávit financeiro, dívida consolidada, fonte ou destinação de recursos, natureza da receita, natureza da despesa, classificação funcional da despesa, ano de inscrição de restos a pagar e despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) (STN, 2018).

O objetivo do recebimento de dados e informações por meio da MSC é automatizar a elaboração das declarações que são enviadas pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), o que facilitará o trabalho de confecção e envio dessas à Secretaria do Tesouro Nacional pelos entes federados. Outro aspecto é que a MSC forma um conjunto de dados detalhados de finanças públicas e isso contribui para melhorar a qualidade

da informação disponibilizada à sociedade, ou seja, a MSC é considerada um instrumento de aperfeiçoamento da transparência.

A MSC é fundamentada na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu art. 48, no §2º, a LRF determina que o órgão central de contabilidade da união deve estabelecer a periodicidade, o formato e o sistema por meio dos quais os entes da Federação enviarão suas informações. Assim, a STN, por meio da portaria, estabeleceu como formato, os relatórios RREO, RGF, DCA e a MSC; como Sistema, o Siconfi; e como periodicidade, o envio mensal.

A estrutura é dividida em dois tipos: MSC Agregada e MSC de Encerramento. A primeira tem periodicidade mensal e contém os registros mensais das contas contábeis combinadas com as informações complementares de todos os órgãos e poderes do Ente da Federação, com a geração dos relatórios fiscais (o RREO e o RGF). Já a segunda tem periodicidade anual e, fazendo referência ao mês de dezembro, com a geração da Declaração das Contas Anuais, a DCA. Essa matriz é responsável pelas informações de encerramento do exercício. Assim, levando em conta o que foi observado, a MSC foi criada a partir de análises desde a padronização das normas contábeis, sempre em busca de melhorias e contribuições para o setor público.

2.8.3 Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação é uma ferramenta eletrônica fundada pela portaria Ministerial número 06 de 20 de junho de 2006, para coleta, processamento e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação de todas as esferas brasileiras. O SIOPE é acessado via Internet e operacionalizado, atualmente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que disponibiliza suas informações no próprio *site*⁴.

O SIOPE é de competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e foi criado para tornar transparentes os investimentos públicos em educação no país e facilitar o controle social dos gastos, permitindo o planejamento de ações a partir de informações atualizadas sobre as receitas públicas da educação. Ou seja, o SIOPE possibilita acesso às informações do trabalho com o gasto-aluno efetivamente realizado nos municípios do Brasil.

⁴ Link: www.fnde.gov.br.

Os principais objetivos que norteiam o SIOPE, de acordo com o Manual disponibilizado pelo Ministério da Educação (2018) são:

- Constituir base de dados nacional detalhada sobre receitas e investimentos públicos em educação de todos os entes federativos;
- estabelecer padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, visando assegurar ensino de qualidade para todos os brasileiros;
- permitir o planejamento e dimensionamento das ações supletivas da União em educação, em respeito ao comando do parágrafo 1º do artigo 211 da Constituição Federativa do Brasil;
- subsidiar a elaboração de políticas educacionais em todos os níveis de Governo;
- produzir indicadores de eficiência e eficácia dos investimentos públicos em educação;
- monitorar a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, assegurar transparência e publicidade à gestão dos recursos públicos destinados à educação, incrementando os mecanismos de controle legal e social em relação os percentuais mínimos de recursos vinculados à educação.

Como características, ainda para o Ministério de Educação (2018), o SIOPE é um: sistema eletrônico que:

- Permite a declaração, transmissão (mediante utilização de senha), armazenamento e extração dos dados educacionais;
- requer, obrigatoriamente, a inserção e a atualização permanente de dados por parte da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios;
- estabelece penalidades (prejuízos) às unidades federadas que se negarem disponibilizar as informações requeridas; possui caráter declaratório, porém os poderes executivos dos estados, do distrito federal e dos municípios, de acordo com suas respectivas competências, serão responsáveis pela exatidão e fidedignidade das informações prestadas;
- favorece a publicidade das informações declaradas e conseqüente transparência na gestão dos recursos públicos da educação, pois o acesso às informações é livre, ou seja, não depende de senhas;
- propicia a pesquisa acadêmica e institucional sobre investimentos públicos na área educacional;
- proporciona condições para planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da ação pública relacionada ao financiamento da educação, mediante a utilização de informações e indicadores produzidos automaticamente pelo próprio sistema;
- possibilita o acompanhamento do gasto público em educação ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas;
- prevê correspondência entre as informações declaradas e os demonstrativos contábeis (balanços) publicados pelos entes da federação.

O SIOPE é um sistema informatizado que visa trazer para a sociedade as informações do que tem sido investido em educação pública em nível federal estadual, distrital e municipal em nosso país. Entre os principais resultados esperados, essa ferramenta visa melhorar a qualidade dos serviços da educação prestados à sociedade; facilitar o controle dos recursos destinados à educação; utilizar os indicadores, gerados pelo sistema, para definir e implementar as políticas públicas da educação na promoção da inclusão educacional, e fortalecer o acompanhamento e o controle social dos investimentos públicos em manutenção e desenvolvimento do ensino (SIOPE, 2018).

2.8.4 Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

O SIOPS é um sistema informatizado que coleta, recupera, processa, armazena, organiza e disponibiliza todos os dados e informações que dizem respeito às receitas e despesas com as Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). O SIOPS permite que seja monitorada a aplicação dos recursos na saúde e isso facilita o controle da verba investida pelo governo. Os dados submetidos são disponibilizados na internet sob a forma de inúmeros relatórios e consultas.

O motivo fundamental que levou à criação do SIOPS foi a inexistência de informações sistematizadas sobre as aplicações em ASPS. Dessa forma, havia a necessidade de um acompanhamento minucioso dos dados e das informações referentes à saúde na esfera pública. Com isso, em 1999, ocorreu a criação do SIOPS com a Portaria Interministerial nº 529, de 30 de abril de 1999 (BRASIL, 1999a) – do Ministério da Saúde e da Procuradoria-Geral da República.

O principal objetivo do SIOPS é ser uma ferramenta de monitoramento da aplicação de verbas à saúde, pois os dados fornecidos pelo sistema podem melhorar o planejamento, gestão, execução e acompanhamento dos planos de saúde de todo o país. Em conformidade com o Ministério da Saúde (2019), o sistema dispõe de outros objetivos como:

- Manter registro eletrônico centralizado das informações de saúde referente à execução orçamentária da União, Estados, DF e dos Municípios, garantindo acesso público às informações. (LC. N° 141/2012 Art. 39);
- subsidiar o planejamento, gestão e a avaliação do gasto público em saúde nas três esferas de governo;
- promover a transparência ao assegurar, tanto a Conselhos de Saúde como a cidadãos, o acesso público às informações, atendendo ao disposto na Lei nº 12.527/2011;
- participar da padronização das informações contábeis;
- Dimensionar a participação da União, Estados e Municípios no financiamento da saúde pública;
- consolidar informações de gasto público em Saúde no Brasil de forma a propiciar insumos para a melhoria da gestão, diagnósticos sobre o setor e formulação de políticas públicas;
- fornecer indicadores sobre gastos em saúde no país, proporcionando a toda a população o conhecimento sobre quanto cada unidade político-administrativa do país tem aplicado na área.

A alimentação do SIOPS é realizada pelos gestores da União, Estados e Municípios através dos dados declarados a respeito dos gastos públicos em saúde. Essa alimentação é obrigatória, de envio bimestral e de acesso ao público, permitindo assim, o acompanhamento e monitoramento das aplicações dos recursos em saúde. O não envio das informações do SIOPS geram penalidades de acordo com o Decreto 7827 de outubro de 2012 como a suspensão das transferências constitucionais e voluntárias.

Teixeira e Teixeira (2003) explicam que no SIOPS estão registradas e armazenadas as informações de ordem orçamentária dos órgãos públicos de saúde nas diferentes esferas de gestão. Sendo assim, o sistema busca responder às exigências de acompanhamento das transferências dos entes em relação aos gastos públicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para Lima (2006) o SIOPS, pelo seu conjunto de indicadores e por outras características, é a única fonte sobre despesa municipal em saúde com informação detalhada e abrangente. Devido à sua amplitude, é único no meio das políticas públicas no Brasil.

Um ponto interessante no contexto do SIOPS é que o sistema funciona como uma ferramenta de planejamento, gestão e controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a Cartilha do Ministério da Saúde (2019), que discorre sobre o SIOPS, nenhum outro sistema de informação prepara a consolidação de dados de saúde no Brasil de forma semelhante, e suas informações, ao serem disponibilizadas, são essenciais para melhoria no SUS.

Consoante a importância do SIOPS, Mendes (2016) esclarece que “o SIOPS é sinônimo de transparência dos recursos públicos aos gestores, Conselhos de Saúde e à sociedade, pois disponibiliza informações sobre o financiamento e planejamento do SUS.” A importância do SIOPS é significativa, uma vez que, o sistema é um instrumento de gestão imprescindível na tomada de decisões dos gestores para atender as necessidades de saúde da população.

2.9 Engenharia de Software

A sociedade está cada vez mais conectada às novas tecnologias. Inúmeras relações são desenvolvidas entre indivíduos e tecnologias, sejam relações econômicas quanto sociais, uma vez que a tecnologia de informação (TI) veio para transformar as interações sociais e mercadológicas, tanto na otimização dos processos de uma empresa quanto na comunicação entre pessoas.

Para Fernandes (2002), *software* é uma sentença escrita em uma linguagem computável, para a qual existe uma máquina (o computador) capaz de interpretá-la. O *software* é composto por uma sequência de comandos e declarações de dados, armazenável em meio digital. Ao interpretar o *software*, a máquina é direcionada à realização de tarefas que lhe foram designadas.

Na visão de Paula Filho (2003), o *software* é o programa de um sistema de informática. Um elemento central no qual se realizam estruturas complexas e flexíveis que trazem funções, utilidade e valor ao sistema.

Ao desenvolver um *software*, o objetivo é atingir a entrega de um produto funcional. Sua primeira etapa é a engenharia de requisitos, envolvendo as atividades de aquisição, especificação e manutenção dos requisitos ao longo do desenvolvimento do *software*. É durante essa etapa que se constrói o modelo pretendido: o processo de negócio, o redesenho do trabalho, o sistema, a arquitetura do *software*, o teste e a validação.

Na busca de caracterizar e criar um modelo conceitual de *software* aplicativo, se faz presente a Engenharia de *Software*, na sua etapa da engenharia de requisitos que define os requisitos do cliente, do usuário e do mercado, além dos técnicos. Pode-se dizer, segundo Wazlawick (2013), que os requisitos são a base de todo produto de um *software* e de suas partes interessadas: clientes, fornecedores, desenvolvedores e usuários. Essas partes desempenham um importante papel no sentido de que as variáveis incompletas podem causar falhas no produto final, ou seja, o software deve atender as demandas dos usuários e das outras partes envolvidas.

A Engenharia de *Software* em sua etapa de requisitos será de fundamental importância para a elaboração do protótipo do *software* aplicativo, pois através dela será desenvolvido o modelo que posteriormente poderá ser implantado como forma de mais uma ferramenta de transparência de informações públicas para a sociedade.

De acordo com Zave (1997), a engenharia de requisitos se inspira no mundo real para o desenvolvimento de um produto de modo que suas especificações sejam precisas, para que, assim, os desenvolvedores de *software* construam o produto de forma correta. Dito isso, Macoratti (2020) sugere que a engenharia de requisitos oferece instrumentos adequados para entender e atender o desejo e a necessidade do cliente.

Sommerville (2011) apresenta a engenharia de requisitos como aquela que define os requisitos do cliente, do usuário e do mercado; os requisitos de concepção e os técnicos. Para desenvolver e desempenhar metas e propósitos em um sistema, é necessário que os requisitos sejam definidos como serviços, atributos, função e comportamentos, no qual as necessidades dos indivíduos e grupos sejam alcançadas para elaboração e finalização do produto almejado. A engenharia de requisitos é todo um processo que é conduzido pelos requisitos definidos pelo cliente e/ou usuário, ou seja, após definir toda documentação e método que consistirá no produto.

A engenharia de requisitos é a base que irá sustentar e definir o produto, uma vez que conta com a colaboração de usuários, fornecedores, clientes, analistas e desenvolvedores

para a criação de um *software*. Wazlawick (2013) corrobora que para coletar as exigências exatas e verdadeiras, as partes interessadas desempenham um papel importante no sentido de que as variáveis incompletas podem causar falhas no produto pretendido. Assim, é imprescindível que todas as partes estejam engajadas e inteiradas sobre a formulação dos requisitos que compreenderão no desenvolvimento do produto, pois caso haja falhas na comunicação até alcançar o desenvolvedor do *software*, pode desencadear em inconsistências como atraso na entrega do produto e elevação do custo pretendido.

Assim sendo, o processo de desenvolvimento de um *software* deve se basear em etapas previamente pensadas para serem executadas através da engenharia de requisitos contemplando, desta forma, a construção de um produto de qualidade e com usuários satisfeitos.

2.9.1 Application Programming Interface (API)

As interfaces de programação de aplicativos (APIs), que vem do inglês *Application Programming Interface*, são ferramentas de criação de aplicações de *Software*. APIs são conexões entre as soluções e os serviços. Ao utilizar a API, a sua solução ou serviço pode se comunicar com outros produtos já existentes, sem a necessidade de saber como estes foram implementados, o que gera facilidade, simplificação e economia.

Existem três tipos de API: a Privada, que é usada internamente, oferecendo maior controle para as empresas; a de Parceiros, que é compartilhada com parceiros de negócios, oferecendo fluxos de receita sem comprometer a qualidade das informações; e a Pública que é disponibilizada para todos, em que qualquer usuário pode desenvolver aplicações que integram com a API, gerando inovação.

As APIs estão em toda parte na vida de usuários da tecnologia, ou seja, a maioria das pessoas. Oferece benefícios tanto para quem as produz, como para quem as recebe. O produtor de uma API utiliza de outras aplicações para integrar ao seu sistema. Já o cidadão que a utiliza, recebe produtos cada vez mais essenciais, como por exemplo o PagueSeguro, PayPal e a Cielo, nos quais todos oferecem formas de pagamento ao usuário.

De acordo com Melo (2021), API é um termo que designa uma interface de comunicação oferecido por um sistema para que outros acessem suas funções, dados e recursos sem a necessidade de que o *software* ou a plataforma externa saiba como eles foram implementados.

A STN disponibilizou, em 2019, uma API de dados abertos do Siconfi para atender as demandas de seus dados. Sendo assim, os usuários da API conseguem obter pequenos ou

grandes volumes de dados existentes no Siconfi. “Uma API de dados abertos é uma interface que permite a transmissão de dados entre dois sistemas” (Siconfi, 2019).

3.0 Estudos Afins

Como informado na introdução deste trabalho, não foi encontrado nenhum estudo que propõe um modelo de *software* aplicativo que forneça informações para a sociedade a respeito das prestações de contas da Secretaria do Tesouro Nacional. Apenas trabalhos que tangenciam o tema proposto.

O trabalho intitulado “Governo eletrônico e Transparência: avaliação da publicitação das contas públicas das Capitais brasileiras”, Prado e Loureiro (2006) analisaram o papel do Governo Eletrônico na transparência dos atos públicos, na busca de contribuir para a reflexão sobre a democracia representativa. Os autores utilizaram uma metodologia empregada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de avaliação de *benchmark* de Governo Eletrônico, que mostra que países de melhores índices de indicadores sociais possuem resultados mais sólidos de governo eletrônico. A pesquisa apontou como resultado que a transparência não está relacionada à capacidade econômica dos governos, sequer ligada ao desenvolvimento humano, mas sim com a legislação de prestação de contas e suas punições.

Na dissertação de Cruz (2010) “Transparência da Gestão Pública Municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros”, se verificou o nível de transparência das informações na gestão pública que são divulgadas nos portais eletrônicos. A autora partiu da teoria de que os municípios mais desenvolvidos possuem melhores condições para implantar portais eletrônicos de qualidade e assim divulgar mais informações da gestão pública. Hipóteses foram levantadas para relacionar o nível de transparência pública com variáveis como: região, localização, filiação partidária do gestor municipal, entre outros. Para realizar a análise, 96 municípios foram incluídos entre os 100 mais populosos, e os níveis de transparência desses municípios foram verificados a partir de um modelo baseado em boas práticas de transparência e governança internacionais. Como resultados encontrados, a constatação de que existe uma associação entre as condições socioeconômicas e os níveis de transparência da gestão pública divulgados nos *sites* municipais.

O artigo “Influência do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Prestação de Contas Públicas – Um estudo de Caso no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia”, escrito por Reis, Dacoso e Tenório (2015), que buscaram identificar o uso das Tecnologias de Informação na prestação de contas públicas. A metodologia do trabalho

abordou a natureza interpretativista, uma abordagem qualitativa e a estratégia de Estudo de caso, envolvendo pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com membros do Tribunal de Contas. A partir disso, foram encontrados resultados como: o envio das informações contábeis é realizado diretamente das prefeituras para os Tribunais de Contas por meio da internet; redução dos erros das Prestações de Contas; processo mais rápido e o cruzamento e a comparação de dados são realizados.

Pinheiro e Silva (2017) escreveram o trabalho “*Disclosure* informacional dos Tribunais de Contas Estaduais: abordagem à prestação de contas, transparência e interação social”, no qual descreveram o papel que os Tribunais de Contas exercem na sociedade. A estratégia de pesquisa adotada no trabalho foi a de métodos mistos. Para tanto, foi desenvolvido um *ranking* de *Disclosure* informacional dos Tribunais de Contas na perspectiva da teoria da Divulgação, encontrando o resultado que o Tribunal de Contas do Espírito Santo foi o maior colocado em nível de *Disclosure* informacional e o menor sendo o do Estado do Alagoas.

Macedo (2019), na pesquisa “Os impactos da transparência no Brasil para a Gestão Pública, a Prestação de Contas e a Participação Social”, visou analisar o processo e a difusão da transparência no Brasil. Para o processo de realização e análise da pesquisa, foram utilizados estudos de caso indicando o que levou a publicação da Lei de Acesso à Informação no país foram utilizadas. Na comparação realizada entre Brasil e México, o resultado encontrado foi que, no México, o acesso à informação foi baseado no fortalecimento da sociedade e uma grande institucionalização da transparência. Já no Brasil, a Lei de Acesso à Informação é o grau máximo de institucionalização da transparência.

No trabalho intitulado “O uso da *Web* na Gestão Municipal: amplia ou imobiliza a participação?”, Kornin, Moura e Nagamine (2020) escreveram sobre o crescimento da *Web* na Gestão Pública e como os órgãos públicos ativam seus *sites* não só para o cumprimento da legislação, mas também para garantir a participação da sociedade nas recolhas de sugestões para os serviços públicos. A pesquisa se desenvolveu na região Metropolitana de Curitiba, pois a região conquistou, após muita dificuldade, esse canal de participação popular. Foi aplicado um questionário aos responsáveis pela manutenção desses meios eletrônicos de participação. O resultado obtido mostrou que a população tem interesse em ser presente nas políticas públicas de suas cidades.

No trabalho “A participação popular como instrumento de fiscalização e controle social dos gastos públicos”, Marques, Silva e Brito (2021) defendem a importância da participação popular do controle social dos gastos públicos. A metodologia utilizada na pesquisa é a documental, apresentando conceitos de Políticas Públicas, aspectos dos Tribunais

de Contas e a importância do controle social. Como resultados, corroboraram com a importância das necessidades públicas para a manutenção do bem-estar social, além da importância da participação e conscientização da sociedade na fiscalização e controle das contas públicas.

Com a propositura de modelo, o trabalho, Sodré (2021), intitulado “Transparência na Administração Pública: modelo conceitual de *software* destinado a aprimorar a comunicação como os gestores” propôs um modelo conceitual que compreendesse um conjunto de indicadores que analisassem as dimensões orçamentária, financeira e patrimonial na gestão pública para a elaboração de um *software*. Como metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, e como estratégia, a formulação de modelo. Para realização da análise, os documentos foram retirados dos demonstrativos contábeis disponibilizados pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Estados e Municípios. Como resultado, foi desenvolvido um modelo de *software* com uma linguagem acessível para facilitar as tomadas de decisões dos gestores públicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um Modelo Conceitual que dê suporte para elaboração de um *software* aplicativo que vise levar conhecimento para a sociedade a respeito dos gastos públicos com as informações geradas através das prestações de contas da STN pelos municípios brasileiros. Nesse viés, este tópico discute o direcionamento metodológico da pesquisa para alcance de seus objetivos.

Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com emprego da estratégia de pesquisa de proposição de modelos. Um dos aspectos mais importantes para a construção de um modelo é o fato de ele compreender certas características do mundo real de forma simplificada, acessível e relativamente fácil de serem formuladas, podendo assim, serem reaplicadas no mundo real. Um modelo é uma estrutura que remete à realidade (MAZZON, 1978).

É desenvolvido um Modelo Conceitual como ponto de referência, com as características associadas a cada uma das suas componentes: as componentes extrínsecas e as componentes intrínsecas. Na visão de Mazzon (1978), Modelo Conceitual é uma representação de um objeto que estabelece a definição de um problema que será resolvido. Este objeto pode ser a representação de uma coisa, um fato, uma circunstância real ou não, ou seja, é a representação de um sistema. O modelo busca especificar o domínio de variáveis que poderão ser utilizadas, além disso, define a natureza do problema.

No que tange às componentes, as extrínsecas são desmembradas em dois contextos: o da descoberta, que engloba um conjunto de aspectos relacionados à origem das ideias; e o contexto de verificação, o qual relaciona-se à comprovação das ideias. Já as intrínsecas compreendem os elementos do modelo conceitual, que neste trabalho são representados pela prestação de contas, que é o objeto de estudo, objeto da investigação científica; o Modelo Teórico, que foi apresentado no primeiro capítulo, com a fundamentação das teorias relativas ao assunto da pesquisa; o Modelo Operacional, que instrumentaliza a teoria apresentada pelo Modelo Teórico; e Solução, que é o resultado do problema.

As componentes intrínsecas também compreendem as atividades do Modelo Conceitual, que são: conceitualização, por meio da qual cria-se um elo entre o problema e a teoria; modelagem, que é a ligação entre o Modelo Teórico e o Modelo Operacional; solução do Modelo Operacional, que busca a correlação entre o Modelo Operacional e a Solução; implementação, que é quando o resultado da solução é implementado; e a validação que, em suma, é o aspecto crítico da investigação científica.

A descrição da metodologia tem como finalidade transmitir o “passo a passo” da realização da pesquisa, indicando os procedimentos metodológicos empregados com vistas a se atingirem os objetivos do estudo. As atividades do modelo conceitual de conceitualização, modelagem e solução do modelo foram definidas como objetivos específicos deste estudo. Em vista disso, discute-se a seguir como foram desenvolvidas essas atividades cuja realização culmina no Modelo Conceitual que visa subsidiar o desenvolvimento do *software* aplicativo.

3.1 Atividade de Conceitualização

No que tange ao objetivo específico da pesquisa, de desenvolvimento da atividade de Conceitualização, esta foi realizada por meio da busca na literatura do embasamento teórico para a construção dos conceitos. A atividade de conceitualização resultou no Modelo Teórico. “O modelo teórico será uma teoria ou uma ‘quase teoria’, isto é, um corpo fechado, sistematizado e generalizado de conhecimentos acerca do sistema referenciado” (MAZZON, 1978, p.30).

Essa atividade de conceitualização busca expandir o sistema de estudo em uma moldura teórica visando construir sua base conceitual, com a finalidade de operacionalizar o modelo teórico. A pesquisa bibliográfica com vistas à conceitualização envolvida neste trabalho aborda conceitos acerca de transparência; prestação de contas; controle social; PCASP; STN e seus sistemas informatizados Siconfi, MSC, SIOPE, SIOPS; e engenharia de *software*.

3.2 Atividade de Modelagem

A fim de atingir objetivo específico do trabalho, a atividade de modelagem corresponde à etapa intermediária entre o conjunto de proposições teóricas relacionadas ao estudo e o Modelo Operacional.

Na atividade de modelagem, as informações dos relatórios enviados nas prestações de contas da STN são simplificadas de forma que facilitem a interpretação das informações para a sociedade em geral, com a utilização de uma linguagem clara e intuitiva, proporcionando aos cidadãos uma sistemática de acompanhamento e compreensão dos gastos públicos de forma acessível e prática.

Para ofertar aos usuários essas informações, a proposta inicial era que o desenvolvimento do *software* aplicativo contemplasse os quatro sistemas informatizados: Siconfi, MSC, SIOPE e SIOPS. Todavia, as informações enviadas para validar as prestações de

contas do SIOPE e SIOPS não são realizadas pela STN e os sistemas não possuem um alinhamento semelhante aos da MSC e do Siconfi. O SIOPE e o SIOPS possuem *sites* próprios de envio: o primeiro é direcionado para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); já o segundo, é direcionado para o Portal da Saúde. Ambos os sistemas não possuem os dados abertos em CSV, XLS e XBRL no *site* do Siconfi para extração das informações, o que dificulta a importação de dados pelo *software* aplicativo. Por essa limitação técnica não foi possível, nesse momento inicial, agregar o SIOPE e SIOPS. Caso e/ou quando a STN alinhar esses dois sistemas e suas planilhas de envio, será plenamente possível introduzi-los no aplicativo.

De forma a subsidiar a modelagem, foram usados como referências relatórios retirados do *site* do Siconfi⁵, enviados nas prestações de contas do município de Montes Claros, no período do sexto bimestre de 2022 e segundo quadrimestre de 2022. O município de Montes Claros foi selecionado por ser a sede da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que abriga o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégias Empresariais (PPGDEE). É considerado polo da mesorregião do Norte de Minas, do estado de Minas Gerais, sendo o maior e mais influente município da região. O período refere-se às prestações de contas mais recentes enviadas pelo município.

Os relatórios selecionados para o desenvolvimento do *software* aplicativo são: RREO e RGF. No demonstrativo RREO é analisado o Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - o qual dispõe informações acerca da execução orçamentária do ente público. Sendo assim, com o resultado primário e nominal, se pode verificar se o município atingiu as metas primárias e nominais. A meta primária mostra o resultado do esforço do ente, ou seja, sem dívidas como as receitas de operações de crédito. Já as metas nominais são o resultado do esforço do ente juntamente com todas as demais operações com respectivos juros e dívidas.

No demonstrativo RGF são considerados todos os anexos, com exceção do Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - por se tratar do resumo dos anexos anteriores. Os anexos do RGF apontam os índices da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, se o município está atingindo os índices obrigatórios.

⁵ Link: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

3.3 Atividade de Solução do Modelo

Na busca de se atingir o objetivo específico de desenvolver o componente Solução, fez-se necessário desenvolver a atividade de solução de modelo. Para isso, após a interpretação e simplificação dos relatórios citados na atividade de modelagem, foi desenvolvida a atividade de solução do modelo através da engenharia de requisitos.

A etapa inicial para o desenvolvimento da solução do modelo se deu através da coleta de informações presentes nos relatórios para, posteriormente, realizar a definição dos requisitos para a criação do *software*. A coleta de informações permitiu a definição dos principais componentes que alimentarão o *software*.

A engenharia de requisitos estabelece as primeiras fases para a evolução de um produto, desde as atividades de aquisição, especificação e manutenção dos requisitos ao longo do desenvolvimento - no caso deste trabalho - de um *software* aplicativo. Desta maneira, após todo o processo de modelagem do produto, a atividade de solução dá início ao processo de apresentação e manutenção do Modelo Conceitual de um *software* aplicativo que vise a transparência pública.

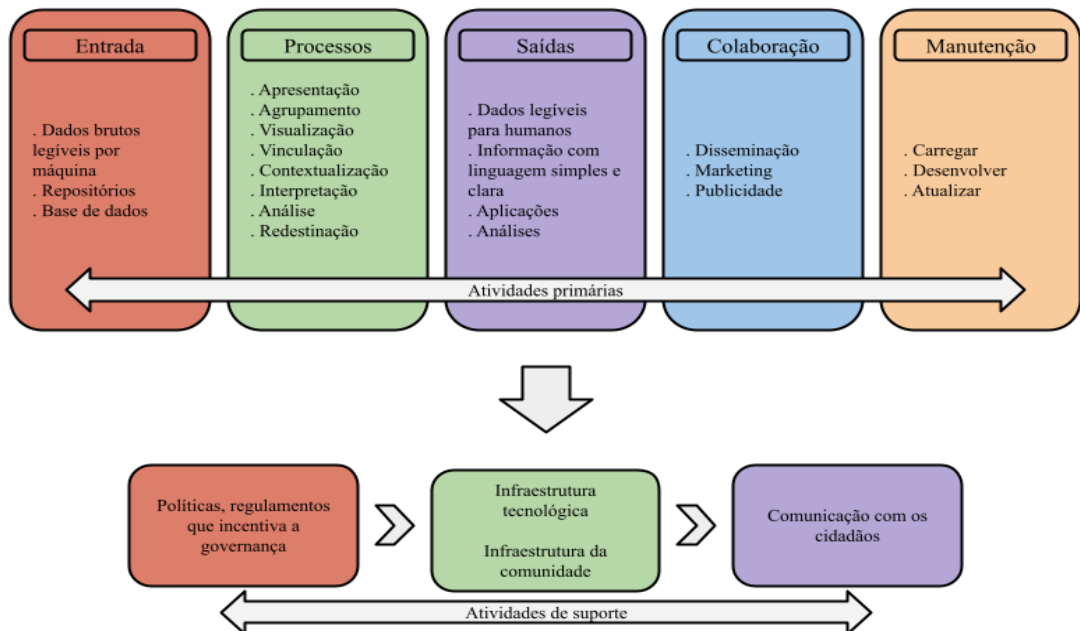
4 MODELO OPERACIONAL

Neste capítulo é desenvolvido o Modelo Operacional, que consiste na instrumentalização do Modelo Teórico, com a inserção das evidências do mundo real. Como aponta Mazzon (1978): “um modelo é uma representação da realidade”. Esta etapa foi desenvolvida por meio da Atividade de Modelagem de Requisitos, que liga o arcabouço teórico com o Modelo Operacional. Desta forma, neste tópico foi desenvolvida a modelagem da simplificação das informações contábeis dos relatórios da STN considerando primeiramente a modelagem da alimentação de dados pelo programador e em seguida a modelagem de funcionalidades do *software* aplicativo.

4.1 Modelagem de requisitos para alimentação do Software Aplicativo

O processo de modelagem para criação do *Software* Aplicativo tem apoio no modelo de Cadeia de Valor, criado por Hughes (2011a, 2011b), o qual se baseia em dados abertos, desmembrando em entradas, processos, saídas, colaboração e manutenção, conforme Figura 2.

Figura 2 – Cadeia de Valor



Fonte: Adaptada de Sodré (2021).

Por meio da Figura 2, se pode compreender sobre a organização dos procedimentos de desenvolvimento do *software*, desde sua criação até expectativas futuras de publicação e manutenção. Nas Atividades Primárias existem cinco etapas (Entrada, Processos, Saídas, Colaboração e Manutenção), sendo a Entrada a etapa na qual o *software* realiza a manipulação dos dados que serão recebidos, ou seja, como e onde serão armazenados; na etapa de Processos são realizados testes e validações buscando a otimização das informações; a etapa de Saída explora o retorno visual do *software*, disponibilizando sentido, valor e compreensão para o usuário final; a etapa de Colaboração é o processo do *marketing* do *software*, seja com publicidades ou formas de divulgação para atrair o usuário final; a etapa de Manutenção dá-se após o *software* ter sido concluído e estar disponível, é a etapa na qual ocorre manutenção e suporte para manter o funcionamento do *software* e, se necessário, reparos e atualizações do sistema.

As Atividades Secundárias ou de Suporte servem como base para o funcionamento das atividades, sendo a Política e Governança o processo que identifica se o *software* está realmente conectado com os objetivos esperados para seu desenvolvimento; as Infraestruturas se dão quando são identificadas e mantidas todas as infraestruturas básicas e necessárias para que ocorra o desenvolvimento do *software*, desde levantamento de equipamentos, *design* do *software*, validação de recursos e ferramentas que serão aplicadas para atender e mantê-lo atualizado, com base no que há de tendência no mercado; na etapa de Comunicação com os cidadãos se observa como as informações apresentadas na aplicação serão retornadas para os usuários, além disso prepara o ambiente para receber *feedbacks* de usuários para avaliar melhorias e adaptabilidade no produto final.

As etapas da modelagem da simplificação das informações contábeis dos relatórios da STN dos municípios brasileiros são descritas a seguir, definindo os requisitos para alimentação do *Software*:

- Base de dados para a alimentação do *Software* via API

O Programador, ao acessar a plataforma www.apidatalake.tesouro.gov.br, tem acesso a toda versão beta da API dos dados abertos da STN, podendo assim trabalhar da forma que o atender melhor, visto estar disponível toda a estrutura para realizar a manipulação dos dados.

A plataforma apresenta ao programador quais parâmetros são necessários para cada demonstrativo cujas informações compõem o Software Aplicativo.

A Figura 3 ilustra a tela da API para o demonstrativo RREO.

Figura 3 – API - RREO

Name	Description
an_exercicio * required integer(\$int64) (query)	Exercício do relatório. <input type="text" value="an_exercicio"/>
nr_periodo * required integer (query)	Bimestre de referência do relatório dentro de um exercício. Available values : 1, 2, 3, 4, 5, 6 <input type="text" value="1"/>
co_tipo_demonstrativo * required string (query)	Tipo do Demonstrativo. RREO Simplificado aplica-se apenas aos municípios com menos de 50 mil habitantes que optaram pela publicação simplificada. Available values : RREO, RREO Simplificado <input type="text" value="RREO"/>
no_anexo string (query)	Os diversos demonstrativos do RREO são agrupados em anexos. Available values : RREO-Anexo 01, RREO-Anexo 02, RREO-Anexo 03, RREO-Anexo 04, RREO-Anexo 04 - RGPS, RREO-Anexo 04 - RPPS, RREO-Anexo 04.0 - RGPS, RREO-Anexo 04.1, RREO-Anexo 04.2, RREO-Anexo 04.3 - RGPS, RREO-Anexo 05, RREO-Anexo 06, RREO-Anexo 07, RREO-Anexo 09, RREO-Anexo 10 - RGPS, RREO-Anexo 10 - RPPS, RREO-Anexo 11, RREO-Anexo 13, RREO-Anexo 14 <input type="text" value="--"/>
co_esfera string (query)	Filtro de esfera M = Municípios, E = Estados e DF, U = União e C = Consórcio Available values : M, E, U, C <input type="text" value="--"/>
id_ente * required integer (query)	Código IBGE do Ente. <input type="text" value="id_ente"/>

Fonte: API Tesouro (2023)

Conforme Figura 3, existem parâmetros obrigatórios para filtrar o retorno dos dados no relatório: `an_exercicio`, `nr_periodo`, `co_tipo_demonstrativo` e `id_ente`. Dos filtros opcionais para o RREO, o campo `no-anexo` receberá como único e padrão o valor RREO-Anexo 06 e o campo `co_esfera` receberá como único e padrão o valor M (municípios). No campo `id_ente` deve ser informado o código do IBGE de cada município e, para isso, o programador poderá utilizar a API de localidade do IBGE disponível no *site* www.servicodados.ibge.gov.br/api/docs/localidades.

Ao selecionar os dados requeridos pela API, o sistema retorna com o resultado da requisição que foi informado pelo Município em sua Prestação de Contas. Dos dados retornados por padrão da API, apenas os campos conta e valor serão apresentados no Aplicativo Tesouro Nosso. Sobre o resultado do RREO retornado pela API, haverá uma condição para exibição na tela do aplicativo, que será retornar na tela apenas quando o valor de conta for igual a: “RESULTADO PRIMÁRIO – Acima da Linha (XXIV) = (XIIa – (XXIIIa + XXIIb + XXIIIc))” e “RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)”, ambos da coluna “valor”.

Os valores positivos que a API retornar serão preenchidos na cor azul. Já os valores negativos, serão preenchidos na cor vermelha. As informações que a API não retornar é ocasionada por ela não buscar anexos com informações zeradas. Por isso, caso algum anexo não retorne informações, o padrão será informar o valor zero.

Após a extração dos dados, eles alimentarão o *Software* Aplicativo “TESOURO NOSSO”, via API, disponibilizada pelo próprio Siconfi no qual as informações do RREO serão inseridas no campo “Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO” > Anexo VI;

A Figura 4 ilustra a tela da API para o demonstrativo RGF.

Figura 4 – API - RGF

The screenshot displays the API interface for RGF with the following parameters and values:

- an_exercicio** * required: integer(\$int64) (query) - Exercício do relatório: an_exercicio
- in_periodicidade** * required: string (query) - Periodicidade de publicação do relatório S = Semestral ou Q = quadrimestral. A periodicidade semestral aplica-se apenas aos municípios com menos de 50 mil habitantes que optaram pela publicação simplificada. A periodicidade padrão do relatório é quadrimestral. Value: Q
- nr_periodo** * required: integer (query) - Quadrimestre ou semestre de referência do relatório dentro de um exercício. A periodicidade semestral aplica-se apenas aos municípios com menos de 50 mil habitantes que optaram pela publicação simplificada. A periodicidade padrão do relatório é quadrimestral. Value: 1
- co_tipo_demonstrativo** * required: string (query) - Tipo do Demonstrativo. RGF Simplificado aplica-se apenas aos municípios com menos de 50 mil habitantes que optaram pela publicação semestral dos relatórios. Value: RGF
- no_anexo**: string (query) - Os diversos demonstrativos do RGF são agrupados em anexos. Value: --
- co_esfera**: string (query) - Filtro de esfera M = Municípios, E = Estados e DF, U = União e C = Consórcio. Value: --
- co_poder** * required: string (query) - Código do poder E = Executivo, L = Legislativo, J = Judiciário, M = Ministério Público, D = Defensoria Pública. Value: E
- id_ente** * required: integer (query) - Código IBGE do Ente. Value: id_ente

Fonte: API Tesouro (2023)

Conforme Figura 4, existem parâmetros obrigatórios para filtrar o retorno dos dados no relatório: `an_exercicio`, `in_periodicidade`, `nr_periodo`, `co_tipo_demonstrativo`, `co_poder` e `id_ente`. Dos filtros opcionais, para o RGF, o campo `co_esfera` receberá como único e padrão o valor M (Municípios). O campo `no-anexo` receberá as informações do RGF- Anexo 01, RGF- Anexo 02, RGF- Anexo 03, RGF- Anexo 04 e RGF- Anexo 05. No campo `id_ente` deve ser informado o código do IBGE de cada município e, para isso, o programador poderá utilizar a API de localidade do IBGE disponível no *site* www.servicodados.ibge.gov.br/api/docs/localidades.

Ao selecionar os dados requeridos pela API, o sistema retorna com o resultado da requisição que foi informado pelo Município em sua Prestação de Contas. Dos dados retornados por padrão da API, apenas os campos `conta` e `valor` serão apresentados no aplicativo Tesouro Nosso.

Sobre o resultado do RGF retornado pela API, para cada anexo terá uma condição e uma seleção dos campos para serem exibidos:

Anexo 01 – Campos a serem exibidos: conta, coluna e valor, sendo as condições: valor do campo “conta” for igual a: DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb).

Anexo 02 - Campos a serem exibidos: conta, coluna e valor, sendo as condições: valor do campo “conta” for igual a: DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) e % da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI).

Anexo 03 - Campos a serem exibidos: conta, coluna e valor, sendo as condições: valor do campo “conta” for igual a: TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV).

Anexo 04 - Campos a serem exibidos: conta, coluna e valor, sendo as condições: valor do campo “conta” for igual a: TOTAL (III).

Anexo 05 - Campos a serem exibidos: conta, coluna e valor, sendo as condições: valor do campo “conta” for igual a: TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I), Recursos Não Vinculados de Impostos , Outros Recursos não Vinculados, TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II), Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação, Transferências do FUNDEB , Outros Recursos Vinculados à Educação, Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde, Outros Recursos Vinculados à Saúde, Recursos Vinculados à Assistência Social, Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro), Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração, Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados a educação e a saúde), Recursos de Alienação de Bens/Ativos, Recursos Extraorçamentários, Outros Recursos Vinculados e TOTAL (III) = (I + II); e os valores do campo “coluna” forem iguais a: DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f), RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h) e DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h).

Os valores positivos que a API retornar serão preenchidos na cor azul. Já os valores negativos, serão preenchidos na cor vermelha. As informações que a API não retornar é ocasionada por ela não buscar anexos com informações zeradas. Por isso, caso algum anexo não retorne informações, o padrão será informar o valor zero.

Após a extração dos dados, eles alimentarão o *Software* Aplicativo “TESOURO NOSSO”, via API, disponibilizada pelo próprio Siconfi, no qual as informações do RGF serão inseridas no campo “Relatório de Gestão Fiscal – RGF” > Anexos I, II, III, IV e V.

Abaixo da informação de cada anexo descrito no software aplicativo será inserido um campo “Nota Explicativa”, com informações facilitadoras para que o usuário possa entender de maneira simples e clara os dados inseridos.

As informações destacadas em cada anexo devem ser inseridas no aplicativo e, junto delas, uma nota explicativa para facilitar a conclusão da informação requerida pelo usuário. As notas serão textos padronizados e pré-estabelecidos que não serão alterados conforme os resultados dos demonstrativos, uma vez que, o texto das notas será informático e não analítico.

O anexo 6 do RREO - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal – conterà a seguinte nota: **Primário: Demonstrativo é composto pela diferença entre a Receita total e as Despesas pagas. *Nominal: Demonstrativo acompanha a evolução da dívida fiscal do município.*

O anexo 1 do RGF - Demonstrativo da Despesa com Pessoal – conterà a seguinte nota: **Limite máximo pra o município é de 54%. *Caso o município ultrapasse o limite de alerta de 48,6%, os gestores devem realizar medidas de contenção.*

O anexo 2 do RGF - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – conterà a seguinte nota: **Caso o resultado seja negativo, indica que o município possui verba para cobrir o total de suas dívidas.*

O anexo 3 do RGF - Demonstrativo das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas – conterà a seguinte nota: **Caso o anexo esteja zerado, indica que o município não concedeu garantias para suas operações de crédito ou não informou seus dados.*

O anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito – conterà a seguinte nota: **Caso o anexo esteja zerado indica que o município não possui ou não informou suas operações de crédito.*

O anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – conterà a seguinte nota: ** O total indica sua disponibilidade de caixa para todas as fontes de recurso. *Se negativo em determinada fonte, indica que na fonte em questão não há disponibilidade de caixa para cobrir seus restos a pagar.*

Ao utilizar a tecnologia para compor um Software Aplicativo voltado para a população em geral, busca-se facilitar o acesso à informação e conhecer as prestações de contas públicas de forma mais funcional, para que, assim, o usuário consiga usufruir mais plenamente da concepção de transparência.

4.2 Modelagem das funcionalidades do Software Aplicativo

A análise de requisitos é a atividade que reúne dados essenciais para que o usuário atinja seus objetivos, ou seja, é um mecanismo que satisfaz as necessidades do usuário para encontrar a solução em um sistema. Os requisitos são as atividades relacionadas à investigação e definição de escopo de um sistema de software (SPÍNOLA, 2008).

As etapas da análise de requisitos do *Software* Aplicativo são descritas a seguir, baseando-se em um modelo simples para definição do escopo.

1- Definição da aplicabilidade do *Software*:

Os usuários poderão acompanhar e conhecer as prestações de contas da STN através do aplicativo “Tesouro Nosso”, o qual demonstra informações contábeis, financeiras e fiscais dos municípios brasileiros.

Ao acessar o aplicativo:

➤ Funcionalidade da função “O que é o Tesouro Nosso”

- 1- O usuário acessa a opção “O que é o Tesouro Nosso”;
- 2- O sistema exibe na tela as informações gerais sobre o aplicativo;

O sistema retorna com a seguinte informação acerca do aplicativo:

“O TESOURO NOSSO é um aplicativo desenvolvido para os cidadãos se conectarem com as prestações de contas públicas realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Neste aplicativo você - cidadão - poderá saber se os municípios estão em dia com os envios das declarações obrigatórias de prestações de contas e como estão sendo utilizadas as receitas e despesas da sua e de todas as cidades do Brasil.

O TESOURO NOSSO foi desenvolvido para que as prestações de contas da STN não fiquem restritas apenas para o profissional da Administração Pública e possam alcançar a população em geral, com consultas simplificadas e informações relevantes para a sociedade.

Esse Aplicativo é mais um recurso de Transparência para o Brasil.”

3- Após a pesquisa, o usuário poderá clicar no ícone representado por uma SETA para voltar ao menu e realizar uma nova consulta ou voltar para o menu principal.

➤ Funcionalidade da função “Glossário”

- 1- O usuário acessa a opção “Glossário”;
- 2- O sistema exibe na tela uma lista de conceitos pré-definidos da área pública;
- 3- O usuário seleciona um ícone relativo a um conceito contido na lista;
- 4- O sistema disponibiliza o conceito relativo ao ícone selecionado;

O sistema retorna com as seguintes informações na função Glossário:

“STN – Secretaria do Tesouro Nacional:

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é o órgão central de planejamento, coordenação e controle financeiro da União e está ativa desde 1986, sendo sua missão gerenciar as contas públicas, sempre em busca da eficiência e transparência em seus serviços. A STN tem a função de aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Transparência:

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 garante ao cidadão o acesso aos dados públicos, ou seja, é direito de todo o cidadão ter acesso aos dados gerados e mantidos pelo governo. Este, por sua vez, tem a obrigação de fornecer todas informações públicas de forma ágil e simples ao cidadão.

Controle Social:

O Controle Social é a participação da sociedade em prol da coletividade, por meio do qual a população verifica e acompanha todas as ações da gestão pública.

Prestação de Contas:

A Prestação de Contas Públicas está ligada à apresentação e à divulgação das informações dos resultados orçamentários, financeiros, operacionais ou patrimoniais da gestão pública.

Receita:

É a entrada de recursos ao Patrimônio Público. São utilizadas para custear as despesas públicas. As receitas públicas podem aumentar o patrimônio do ente público.

Despesa:

É a aplicação dos recursos públicos, com a finalidade de atender uma necessidade do ente público.

Siconfi:

É um sistema informatizado destinado a receber informações contábeis, financeiras e fiscais. Tem como objetivo divulgar os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

CAUC:

O CAUC é o Sistema de Informações Sobre Requisitos Fiscais. O sistema informa se os municípios estão em dia com as prestações de contas impostas pelo governo federal.

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária:

O relatório demonstra a situação fiscal do município com informações acerca da execução orçamentária da receita e da despesa pública.

RREO – Anexo 6 – Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal:

O Anexo 6 do RREO demonstra o resultado das receitas e despesas Primárias e Nominais do ente público. A situação Primária são os valores das receitas e despesas não financeiras, ou seja, tudo que o ente conquistou com seu próprio esforço, sem contabilização de empréstimos e juros. Já a situação Nominal é o resultado das receitas e despesas, que irá medir sua dívida fiscal líquida, ou seja, contabiliza o resultado com a inserção de juros, empréstimos, operações de crédito etc.

RGF – Relatório de Gestão Fiscal:

O relatório foi desenvolvido para cumprir requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e tem como objetivo controlar, monitorar e publicar os limites estabelecidos pela LRF, englobando as Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.

RGF – Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal:

O Anexo 1 do RGF demonstra o total das despesas com servidores públicos: ativos, inativos e pensionistas.

RGF – Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida:

O Anexo 2 do RGF apura os limites do endividamento do ente público, visando assegurar a transparências de suas obrigações.

RGF – Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores:

O Anexo 3 do RGF informa as garantias oferecidas pelo ente público a terceiros para liquidação de operações de créditos realizadas.

RGF – Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito:

O Anexo 4 do RGF demonstra as operações de crédito contraídas pelo ente público.

RGF – Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

O Anexo 5 do RGF demonstra o saldo disponível do ente público para os fins dos restos a pagar que não foram liquidados. Ou seja, das despesas que não foram pagas até o último dia exercício financeiro ao qual pertencem.”

5- Após a pesquisa, o usuário poderá clicar no ícone representado por uma SETA para voltar ao menu e realizar uma nova consulta ou voltar para o menu principal.

➤ Funcionalidade da função “Prestação de Contas da STN”

- 1- O usuário acessa a opção “Prestação de Contas da STN”;
- 2- O sistema exibe na tela as informações: Relatórios, Estado (UF), Município, Exercício e Período;
- 3- O sistema solicita ao usuário as seguintes informações: Relatórios, Estado (UF), Município, Exercício e Período;
- 4- O usuário preenche as informações na tela. Caso o usuário não preencha todas as informações, o sistema solicita ao usuário que preencha todos os campos;
- 5- O usuário preenche todas as informações na tela.
- 6- O sistema valida as informações;
- 7- O sistema procura no banco de dados as informações solicitadas na busca pelo usuário;
- 8- O sistema exibe a informação solicitada pelo usuário;
- 9- Após a pesquisa, o usuário poderá clicar no ícone representado por uma SETA para voltar ao menu e realizar uma nova consulta ou voltar para o menu principal.

O sistema retornará com as seguintes informações na função Prestação de Contas da STN:

Na opção “Relatório”, serão habilitados os menus: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária; e RGF- Relatório de Gestão Fiscal.

Ao selecionar o RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, o sistema informará o anexo disponível: Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal.

Ao Selecionar o RGF- Relatório de Gestão Fiscal, o sistema informará os anexos disponíveis: Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Anexo 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito e Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.

Na opção “Estado (UF)”, serão habilitados todos os Estados Brasileiros, incluído o Distrito Federal, totalizando 27 unidades federativas.

Na opção “Município”, serão habilitados todos os municípios do estado selecionado. Todos os municípios dos estados brasileiros, em um total de 5.570, poderão ter seus dados acessados.

Na opção “Exercício”, serão habilitados os anos a partir de 2022, acrescentando os próximos exercícios de acordo com o primeiro município que prestar contas no Siconfi.

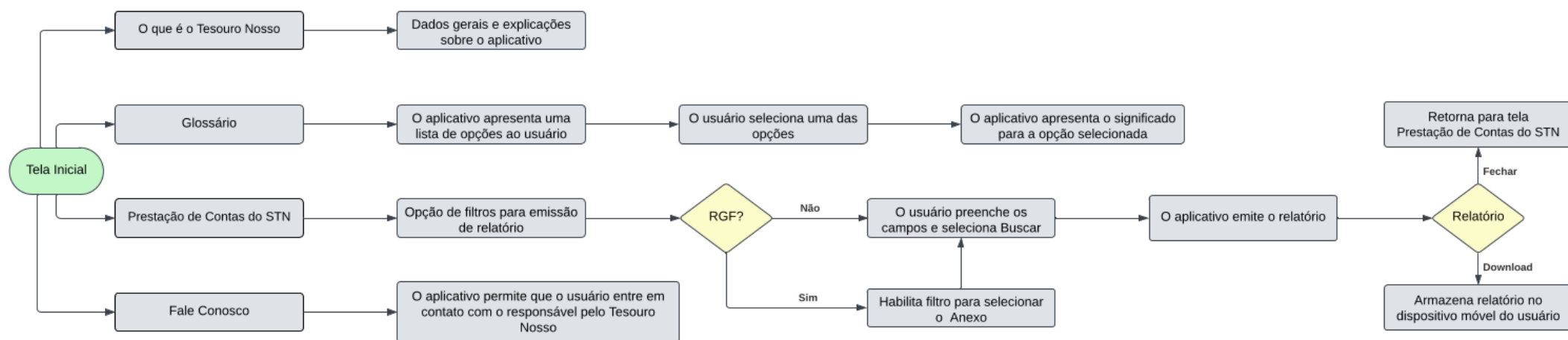
Na opção “Período”, as datas serão habilitadas de acordo com o tipo de relatório informado. Caso o usuário selecione o relatório RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária, os períodos habilitados serão: 1º bimestre; 2º bimestre; 3º bimestre; 4º bimestre; 5º bimestre e 6º bimestre. Caso o usuário selecione o relatório RGF- Relatório de Gestão Fiscal, os períodos habilitados serão: 1º quadrimestre; 2º quadrimestre e 3º quadrimestre.

➤ Funcionalidade da função “Fale Conosco”

- 1- O usuário acessa a opção “Fale Conosco”;
- 2- O sistema exibe na tela as informações: Nome, e-mail e Dúvida ou Sugestão;
- 3- O usuário preenche as informações e clica no botão “Enviar”;
- 4- O sistema valida as informações e a notificação chega até o e-mail do fundador do aplicativo.
- 5- Após o envio o sistema encerra a opção e retorna para a página inicial do aplicativo.

Para uma melhor visualização dos requisitos do *software*, foi desenvolvido um fluxograma com a visão geral do aplicativo, conforme Figura 5.

Figura 5 – Fluxograma geral do aplicativo



Fonte: Elaboração própria.

Após análise e modelagem dos requisitos pode-se compreender o sistema em uma amplitude maior. Assim, caso o sistema apresente alguma inconsistência ou informação ambígua, é possível corrigi-lo.

A próxima etapa é desenvolver o protótipo, verificando a “história do usuário”, ou seja, é o momento de descobrir o que o usuário deseja, focando no usuário final. Até que o sistema esteja finalizado, pode-se utilizar de *feedbacks* do usuário para realizar modificações antes que o produto seja aprovado.

5 SOLUÇÃO

Este capítulo apresenta a solução, ou seja, o resultado alcançado a partir do modelo operacional. Para isso, desenvolveu-se a atividade de solução de modelo que é a ligação entre o modelo operacional e a solução.

Para desenvolver a atividade de solução de modelo, foi necessário desenvolver o modelo de requisitos a partir dos dados de um município escolhido como exemplo - no caso o município de Montes Claros - e desenvolver o protótipo do *software* aplicativo TESOURO NOSSO.

5.1 Modelo de requisitos do Município de Montes Claros – MG

Para desenvolver o *Software* aplicativo e validar a funcionalidade da função “Prestação de Contas da STN”, foram utilizados os dados contidos no sexto bimestre de 2022 do RREO e no terceiro quadrimestre de 2022 do RGF do município de Montes Claros, ambos relatórios retirados do *site* do Siconfi. As datas das informações foram as mais recentes disponíveis nos sistemas por ocasião da elaboração do presente estudo.

As figuras a seguir mostram as informações que foram selecionadas para criação do modelo conceitual do *Software*. A figura 6, extraída do Siconfi, contém a informação do resultado primário do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros.

Figura 6 - Resultado Primário - Anexo 6 – RREO

88	Grupo: Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
89	Quadro: Resultado Primário - Acima da Linha	
90	Rótulo: Padrão	
91	Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
92		VALOR
93	Resultado Primário - Acima da Linha	
94	RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))	94.258.599,13

Fonte: Siconfi

O resultado primário é composto pela diferença entre a Receita Total e as Despesas Pagas do município. Esta informação permite demonstrar o resultado que o ente público obteve somente com o seu próprio esforço, ou seja, sem contratação de empréstimos.

A figura 7, extraída do Siconfi, contém a informação do resultado nominal do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição de modelo do *Software* aplicativo).

Figura 7 – Resultado Nominal - Anexo 6 – RREO

116	Grupo: Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios	
117	Quadro: Resultado Nominal - Acima da Linha	
118	Rótulo: Padrão	
119	Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2022
120		VALOR
121	Resultado Nominal - Acima da Linha	
122	RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	166.484.689,52

Fonte: Siconfi

O resultado nominal demonstra a evolução da dívida fiscal líquida do município. Esta informação permite demonstrar o resultado que o ente público obteve juntamente com os juros de suas operações de créditos contratadas.

A figura 8, extraída do Siconfi, contém a informação do Gasto com Pessoal do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição de modelo do *Software* aplicativo).

Figura 8 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Anexo 1 - RGF

39	Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
40	Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
41	Rótulo: Padrão		
42	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
43		Valor	% sobre a RCL Ajustada
44	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.405.446.867,05	
46	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	29.018.424,00	
47	(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	4.342.029,00	
48	= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.372.086.414,05	
49	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	650.818.365,30	47,43
50	LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	740.926.663,59	54,00
51	LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	703.880.330,41	51,30
52	LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	666.833.997,23	48,60

Fonte: Siconfi

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal sugere que o gasto total do município não deve ultrapassar os limites estabelecidos com base na receita corrente líquida, conforme a LRF.

A figura 9, extraída do Siconfi, contém a informação da Dívida Consolidada Líquida do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição de modelo do *Software* aplicativo).

Figura 9 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Anexo 2 - RGF

46	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-342.210.081,17	-493.222.492,82	-672.147.720,95	-576.492.743,80
47	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.204.299.333,47	1.296.237.827,68	1.380.161.919,65	1.405.446.867,05
48	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	18.418.504,00	17.549.494,00	38.836.918,00	29.018.424,00
49	= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	1.185.880.829,47	1.278.688.333,68	1.341.325.001,65	1.376.428.443,05
50	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (IVI)	14,76	12,85	10,16	8,01
51	% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-28,86	-38,57	-50,11	-41,88

Fonte: Siconfi

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, de acordo com a STN (2021), o relatório demonstra as informações sobre a dívida consolidada, que corresponde ao montante total das obrigações financeiras que o ente assumiu.

A figura 10, extraída do Siconfi, contém a informação das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição de modelo do *Software* aplicativo).

Figura 10 – Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas – Anexo 3 - RGF

17	18	Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
			SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
				Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	20	Garantias Concedidas				
21	21	Garantias Concedidas				
22	22	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
23	23	Em Operações de Crédito Externas				
24	24	Em Operações de Crédito Internas				
25	25	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	26	Em Operações de Crédito Externas				
27	27	Em Operações de Crédito Internas				
28	28	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
29	29	Em Operações de Crédito Externas				
30	30	Em Operações de Crédito Internas				
31	31	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
32	32	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siconfi

O Demonstrativo das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas vem assegurar maior transparência das garantias que o ente público concede a terceiros.

A figura 11, extraída do Siconfi, contém a informação das Operações de Crédito do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição de modelo do *Software* aplicativo).

Figura 11 – Operações de Crédito – Anexo 4 - RGF

17	Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
		VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
18			
19			
20	Operações de Crédito		
21	Mobiliária	0,00	0,00
22	Interna		
23	Externa		
24	Contratual	0,00	0,00
25	Interna	0,00	0,00
26	Empréstimos	0,00	0,00
27	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
28	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
29	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
30	Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
31	Externa	0,00	0,00
32	Empréstimos	0,00	0,00
33	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
34	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
35	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
36	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
37	TOTAL (III)	0,00	0,00

Fonte: Siconfi

O Demonstrativo das Operações de Crédito é regulamentado pelo artigo 55 da LRF. Segundo a STN (2021), as operações de crédito devem ser realizadas com base em uma estimativa de impacto orçamentário-financeiro, respeitando os limites impostos pela LRF.

A Figura 12, extraída do Siconfi, contém a informação da Disponibilidade de Caixa do sexto bimestre de 2022 de Montes Claros (município escolhido para a proposição modelo do *Software* aplicativo)

Figura 12 – Disponibilidade de Caixa – Anexo 5 - RGF

19	Disponibilidade de Caixa	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a) - (b+c+d+e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g) - h)
20					
21					
22	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	321.855.759,05	96.328.838,76	0,00	225.526.920,29
23	Recursos Não Vinculados de Impostos	283.954.457,27	88.243.365,74	0,00	195.710.491,53
24	Outros Recursos Não Vinculados	37.901.301,78	8.084.973,02	0,00	29.816.328,76
25	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	269.151.828,71	50.617.569,68	0,00	218.534.259,05
26	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Transferências do FUNDEB	4.478.273,53	3.220.390,24	0,00	-7.659.663,77
28	Outros Recursos Vinculados à Educação	11.972.223,40	3.055.325,30	0,00	8.916.898,10
29	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Outros Recursos Vinculados à Saúde	162.234.359,10	32.589.874,74	0,00	129.644.484,36
31	Recursos Vinculados à Assistência Social	9.739.083,51	1.048.395,19	0,00	8.690.688,32
32	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	314.314.115,22	17.621,14	0,00	314.314.790,49
33	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-623.430,36	0,00	0,00	-623.430,36
34	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	-11.192.875,38	222.250,65	0,00	-11.415.126,03
35	Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	3.313.352,52	0,00	0,00	3.313.352,52
37	Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Outros Recursos Vinculados	66.756.979,02	10.463.112,40	0,00	56.293.866,62
39	TOTAL (III) = (I + II)	591.007.587,76	146.946.428,42	0,00	444.061.159,34

Fonte: Siconfi

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa é elaborado somente no último quadrimestre ou semestre do exercício, pois apresenta a disponibilidade de caixa líquida para cada fonte de recurso.

Após apresentar as informações dos resultados dos relatórios de prestação de contas da STN, analisou-se a situação fiscal e orçamentária do município de Montes Claros – MG, que

foi escolhido como município modelo para elaboração do *software* aplicativo. Dessa forma, segue o modelo de requisito da função “Prestação de Contas da STN”.

Funcionalidade da função “Prestação de Contas da STN”.

- 1- O usuário escolhe a função “Prestação de Contas da STN”;
- 2- O sistema solicita que o usuário informe qual relatório será pesquisado, apresentando duas opções: RREO e RGF;
- 3- O usuário escolhe o relatório;
- 4- O sistema verifica e valida o relatório escolhido;
- 5- O sistema solicita que o usuário informe qual Unidade Federativa será pesquisada, apresentando 27 opções;
- 6- O usuário escolhe a Unidade Federativa de Minas Gerais (MG);
- 7- O sistema verifica e valida a Unidade Federativa escolhida;
- 8- O sistema solicita que o usuário informe qual município será pesquisado, apresentando opções correspondentes aos municípios da unidade federativa selecionada;
- 9- O usuário escolhe o município de Montes Claros;
- 10- O sistema verifica e valida o município escolhido;
- 11- O sistema solicita que o usuário informe qual exercício será pesquisado, apresentando opções a partir do ano de 2022;
- 12- O usuário escolhe o exercício de 2022;
- 13- O sistema verifica e valida o exercício escolhido;
- 14- O sistema solicita que o usuário informe qual período do relatório será pesquisado, apresentando as opções: caso o usuário tenha indicado a opção RREO, os períodos habilitados serão: 1º bimestre; 2º bimestre; 3º bimestre; 4º bimestre; 5º bimestre e 6º bimestre. E caso o usuário tenha indicado a opção RGF, os períodos habilitados serão: 1º quadrimestre; 2º quadrimestre; 3º quadrimestre ou ainda 1º semestre e 2º semestre, dependendo do modelo de envio do município;
- 15- O usuário escolhe o Período a partir do relatório informado;
- 16- O sistema verifica e valida o período escolhido;
- 17- O usuário clica no ícone “BUSCAR”;
- 18- O sistema busca as informações no banco de dados que atenda as especificações escolhidas e retorna com a pesquisa.

Funcionalidade da opção de relatório: “Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO”

- 1- O usuário escolhe a função “Prestação de Contas da STN”;
 - 2- O sistema solicita que o usuário informe qual relatório será pesquisado;
 - 3- O usuário escolhe o relatório: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO;
 - 4- O sistema verifica e valida o relatório escolhido;
 - 5- O sistema solicita que o usuário informe qual Unidade Federativa será pesquisada;
 - 6- O usuário escolhe a Unidade Federativa de Minas Gerais (MG);
 - 7- O sistema verifica e valida a Unidade Federativa escolhida;
 - 8- O sistema solicita que o usuário informe qual Município será pesquisado;
 - 9- O usuário escolhe o município de Montes Claros;
 - 10- O sistema verifica e valida o município escolhido;
 - 11- O sistema solicita que o usuário informe qual Exercício será pesquisado;
 - 12- O usuário escolhe o exercício de 2022;
 - 13- O sistema verifica e valida o exercício escolhido;
 - 14- O sistema solicita que o usuário informe qual período o relatório será pesquisado;
 - 15- O usuário escolhe o Período do 6º bimestre;
 - 16- O sistema verifica e valida o período escolhido;
 - 17- O usuário clica no ícone “BUSCAR”;
 - 18- O sistema busca as informações no banco de dados que atenda as especificações escolhidas e retorna com a pesquisa;
 - 19- O sistema disponibiliza as informações do Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal com notas explicativas para melhor entendimento do usuário.
- Funcionalidade da opção de relatório: “Relatório de Gestão Fiscal – RGF”
- 1- O usuário escolhe a função “Prestação de Contas da STN”;
 - 2- O sistema solicita que o usuário informe qual relatório será pesquisado;
 - 3- O usuário escolhe o relatório: Relatório de Gestão Fiscal – RGF;
 - 4- O sistema verifica e valida o relatório escolhido;
 - 5- O sistema solicita que o usuário informe qual Unidade Federativa será pesquisada;
 - 6- O usuário escolhe a Unidade Federativa de Minas Gerais (MG);
 - 7- O sistema verifica e valida a Unidade Federativa escolhida;

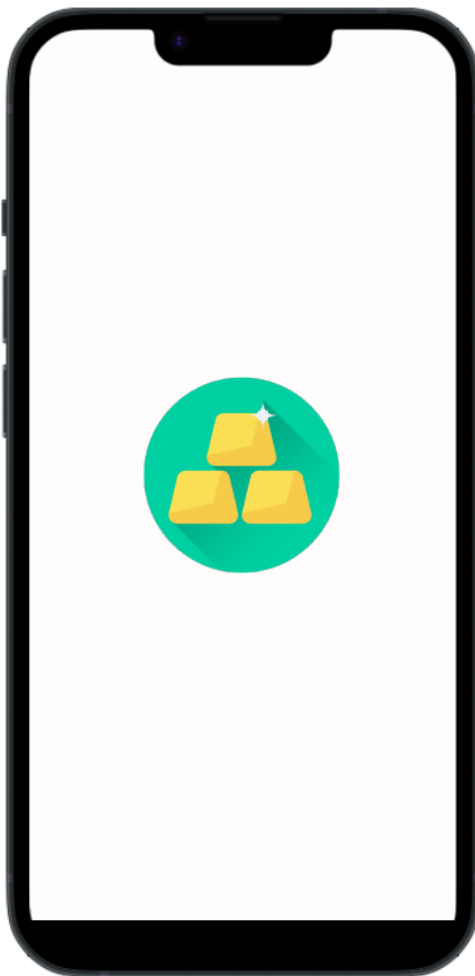
- 8- O sistema solicita que o usuário informe qual município será pesquisado;
- 9- O usuário escolhe o município de Montes Claros;
- 10- O sistema verifica e valida o município escolhido;
- 11- O sistema solicita que o usuário informe qual exercício será pesquisado;
- 12- O usuário escolhe o exercício de 2022;
- 13- O sistema verifica e valida o exercício escolhido;
- 14- O sistema solicita que o usuário informe qual período o relatório será pesquisado;
- 15- O usuário escolhe o Período do 3º quadrimestre;
- 16- O sistema verifica e valida o período escolhido;
- 17- O usuário clica no ícone “BUSCAR”;
- 18- O sistema busca as informações no banco de dados que atenda as especificações escolhidas e retorna com a pesquisa;
- 19- O sistema disponibiliza os anexos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal; Demonstrativo da Dívida Consolidada líquida; garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas; Operações de Crédito; Disponibilidade de Caixa.
- 20- O usuário escolhe um dos anexos;
- 21- O sistema disponibiliza as informações do anexo escolhido com notas explicativas para melhor entendimento do usuário.
- 22- Caso o usuário queira realizar a consulta de outro anexo do RGF, basta clicar no botão “VOLTAR” e as opções dos anexos retornam na tela;
- 23- Para encerrar as operações de consulta, o usuário tem a opção de clicar nos botões de “VOLTAR” da tela de consulta, voltando para tela inicial do TESOUREIRO NOSSO que habilitará os campos para uma nova consulta ou sair diretamente do aplicativo.

Após finalizar os requisitos da função “Prestação de Contas” do município de Montes Claros para o 6º bimestre e 3º quadrimestre de 2022, segue a visualização do protótipo do *software* aplicativo TESOUREIRO NOSSO.

5.2 Protótipo do Software Aplicativo TESOIRO NOSSO

Com as informações extraídas do Modelo Operacional, segue a apresentação do protótipo do *software* aplicativo que será disponibilizado aos usuários. O aplicativo foi nomeado “TESOURO NOSSO” e a Figura 13 apresenta seu *design*, informando a logomarca que o usuário encontrará nas plataformas digitais para instalar o aplicativo.

Figura 13 – *Design* do Aplicativo



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 14 apresenta a tela inicial do aplicativo TESOIRO NOSSO, no qual serão apresentados os ícones disponíveis no aplicativo.

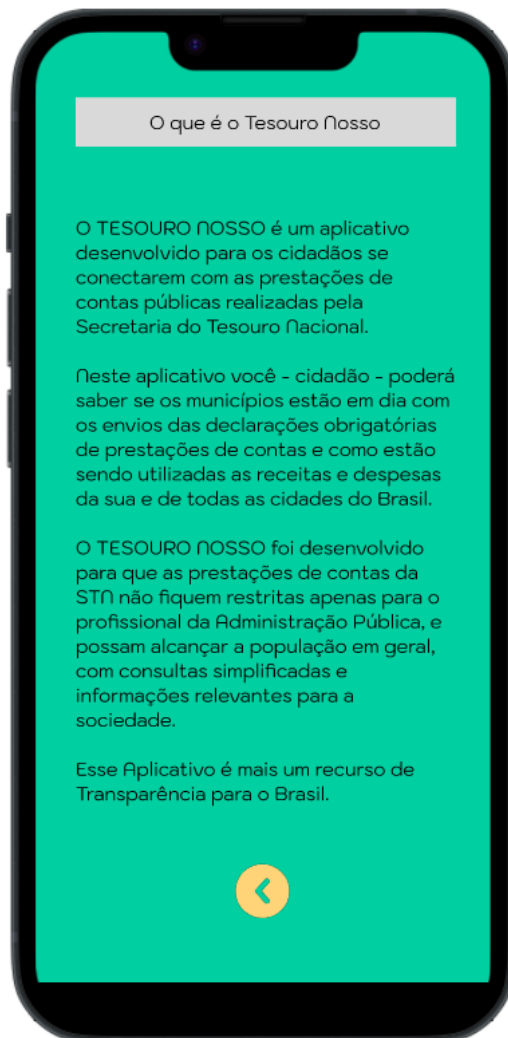
Figura 14 – Menu principal do Aplicativo



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 15 apresenta o ícone “O QUE É O TESOIRO NOSSO”, no qual apresentará a síntese e o objetivo do aplicativo TESOIRO NOSSO.

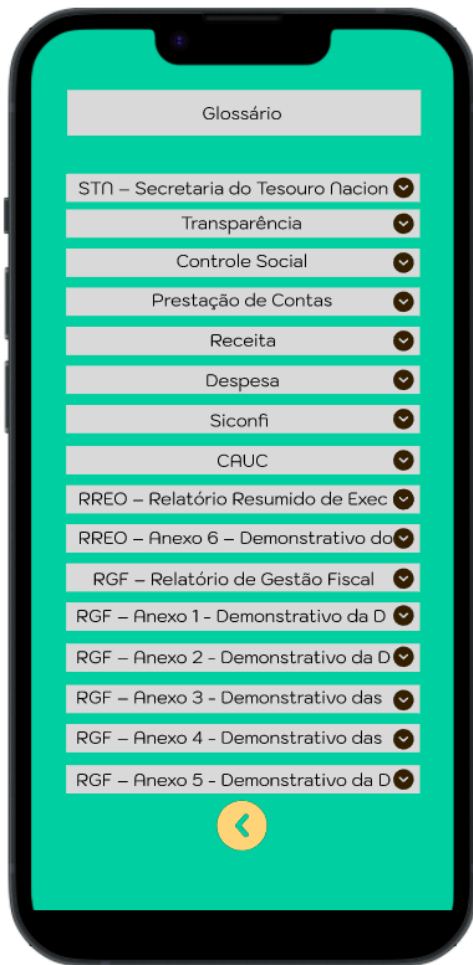
Figura 15 – Ícone “O que é o Tesouro Nosso”



Fonte: Elaboração própria.

As Figuras 16 e 17 apresentam o ícone “GLOSSÁRIO”. A primeira apresenta o ícone e todos os seus tópicos. Já a segunda apresenta o conceito de um determinado tópico ao selecioná-lo.

Figura 16 – Ícone “Glossário” I



Fonte: Elaboração própria.

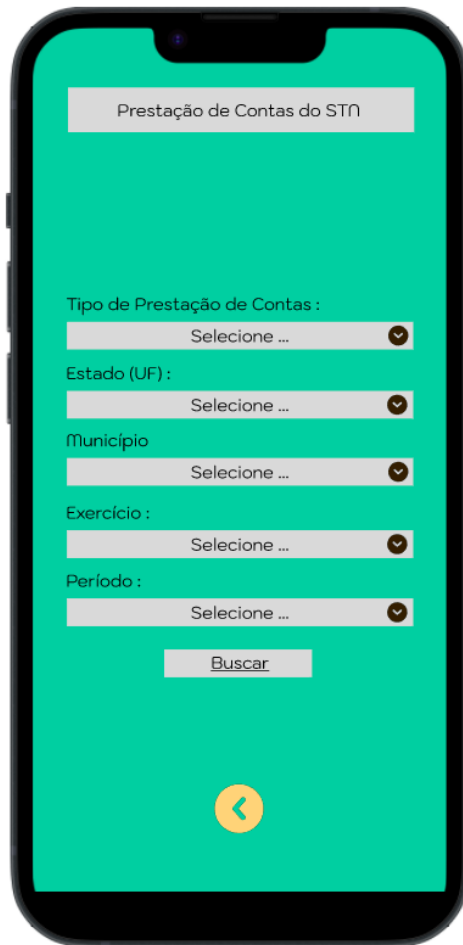
Figura 17 – Ícone “Glossário” II



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 18 apresenta o ícone “PRESTAÇÃO DE CONTAS DA STN”, no qual apresentará as opções de preenchimento obrigatório para pesquisa.

Figura 18 – Ícone “Prestação de Contas da STN”



The image shows a smartphone screen with a teal background. At the top, there is a header bar with the text "Prestação de Contas do STN". Below the header, there are five dropdown menus, each with the text "Selecione ..." and a downward arrow icon. The labels for these dropdowns are: "Tipo de Prestação de Contas :", "Estado (UF) :", "Município", "Exercício :", and "Período :". Below the dropdowns is a button labeled "Buscar". At the bottom center of the screen, there is a yellow circular button with a white left-pointing arrow.

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 19 apresenta os resultados encontrados ao selecionar para consulta o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do município de Montes Claros e seu ANEXO 6.

Figura 19 – Demonstrativo do RREO – Anexo 6

RREO	
Anexo 06	
RESULTADO PRIMÁRIO	
VALOR	94.258.599,13
RESULTADO NOMINAL	
VALOR	166.484.689,52
NOTA	
<i>Primário: Demonstrativo é composto pela diferença entre a Receita total e as Despesas pagas.</i>	
<i>Nominal: Demonstrativo acompanha a evolução da dívida fiscal do município.</i>	

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 20 apresenta o ícone “PRESTAÇÃO DE CONTAS DA STN” quando selecionado o tipo de Prestação de Contas Relatório de Gestão Fiscal – RGF, no qual habilitará o campo “Anexo” para ser escolhido e apresentará as demais opções de preenchimento obrigatório para pesquisa.

Figura 20 – Ícone “Prestação de Contas da STN”



The image shows a smartphone screen with a teal background. At the top, there is a white header bar with the text "Prestação de Contas do STN". Below this, the form contains several dropdown menus and a search button. The first dropdown is labeled "Tipo de Prestação de Contas:" and has "Relatório de Gestão Fiscal – RGF" selected. The second is "Anexo:" with "Selecione ..." selected. The third is "Estado (UF):" with "Selecione ..." selected. The fourth is "Município" with "Selecione ..." selected. The fifth is "Exercício:" with "Selecione ..." selected. The sixth is "Período:" with "Selecione ..." selected. At the bottom of the form is a white button labeled "Buscar". Below the button is a yellow circular icon with a white left-pointing arrow.

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 21 apresenta o resultado encontrado ao selecionar para consulta o ANEXO 1 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do município de Montes Claros.

Figura 21 – Demonstrativo do RGF – Anexo 1

Tesouro Nosso	
Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG	
Exercício 2022	
3º Quadrimestre	
RGF	
ANEXO I	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	
Valor	650.818.365,30
% sobre a RCL Ajustada	47,43%
Nota	
<i>Limite máximo pra o município é de 54%. Caso o município ultrapasse o limite de alerta de 48,6%, os gestores devem realizar medidas de contenção.</i>	

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 22 apresenta o resultado encontrado ao selecionar para consulta o ANEXO 2 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do município de Montes Claros.

Figura 22 – Demonstrativo do RGF– Anexo 2

RGF	
ANEXO II	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	
Saldo do Exercício Anterior	-342.210.081,17
Até o 1º Quadrimestre	-493.222.492,82
Até o 2º Quadrimestre	-672.147.720,95
Até o 3º Quadrimestre	-576.492.743,80
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA	
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-28,86%
Até o 1º Quadrimestre	-38,57%
Até o 2º Quadrimestre	-50,11%
Até o 3º Quadrimestre	-41,88%
Nota	
Caso o resultado seja negativo, indica que o município possui verba para cobrir o total de suas dívidas.	

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 23 apresenta o resultado encontrado ao selecionar para consulta o ANEXO 3 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do município de Montes Claros.

Figura 23 – Demonstrativo do RGF– Anexo 3



Tesouro Nosso  

Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG
Exercício 2022
3º Quadrimestre

RGF	
ANEXO III	
Total Garantias Concedidas	
Saldo do Exercício Anterior	0,00
Até o 1º Quadrimestre	0,00
Até o 2º Quadrimestre	0,00
Até o 3º Quadrimestre	0,00

Nota

Caso o anexo esteja zerado, indica que o município não concedeu garantias para suas operações de crédito ou não informou seus dados.

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 24 apresenta o resultado encontrado ao selecionar para consulta o ANEXO 4 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do município de Montes Claros.

Figura 24 – Demonstrativo do RGF– Anexo 4

RGF	
ANEXO IV	
Total	
No Quadrimestre de Referência	0,00
Até o Quadrimestre de Referência	0,00
Nota	
<i>Caso o anexo esteja zerado indica que o município não possui ou não informou suas operações de crédito.</i>	

Fonte: Elaboração própria.

As Figuras 25 a 33 apresentam os resultados encontrados ao selecionar para consulta o ANEXO 5 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do município de Montes Claros. A tela do anexo 5 funcionará com o auxílio da rolagem de tela *mobile* para que o usuário percorra com agilidade pelos resultados em questão.

Figura 25 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5 Figura 26 – Demonstrativo do RGF–Anexo 5

Tesouro Nosso

Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG
Exercício 2022
3º Quadrimestre

RGF

ANEXO V

Total dos Recursos Não Vinculados

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	321.855.759,05
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	96.328.838,76
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	225.526.920,29

Recursos Não Vinculados de Impostos

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	283.954.457,27
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	88.243.965,74
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	195.710.491,53

Fonte: Elaboração própria.

Outros Recursos não Vinculados

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	37.901.301,78
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	8.084.873,02
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	29.816.428,76

Total Dos Recursos Vinculados

DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	269.151.828,71
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	50.617.589,66
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	218.534.239,05

Fonte: Elaboração própria.

Figura 27 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5 Figura 28 – Demonstrativo do RGF–Anexo 5

Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00
Transferências do FUNDEB	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-4.479.273,53
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	3.220.390,24
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-7.699.663,77

Fonte: Elaboração própria.

Outros Recursos Vinculados à Educação	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	11.972.223,40
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	3.055.935,30
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	8.916.288,10
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Figura 29 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5

Outros Recursos Vinculados à Saúde	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	162.234.359,10
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	32.589.874,74
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	129.644.484,36
Recursos Vinculados à Assistência Social	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	9.739.083,51
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	1.048.395,19
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	8.690.688,32

Fonte: Elaboração própria.

Figura 30 – Demonstrativo do RGF–Anexo 5

Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	31.431.411,62
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	17.631,14
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	31.413.780,48
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-623.430,95
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-623.430,95

Fonte: Elaboração própria.

Figura 31 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5 Figura 32 – Demonstrativo do RGF–Anexo 5

Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-11.192.875,98
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	222.250,65
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	-11.415.126,63
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados a educação e a saúde)	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Recursos de Alienação de Bens/Ativos	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	3.313.352,52
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	3.313.352,52
Recursos Extraorçamentários	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	0,00
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Figura 33 – Demonstrativo do RGF– Anexo 5

Outros Recursos Vinculados	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	66.756.979,02
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	10.463.112,40
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	56.293.866,62
Total	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	591.007.587,76
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	146.946.428,42
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	444.061.159,34
Nota	
<p>O total indica sua disponibilidade de caixa para todas as fontes de recurso. Se negativo em determinada fonte, indica que na fonte em questão não há disponibilidade de caixa para cobrir seus restos a pagar.</p>	

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 34 apresenta o ícone “FALE CONOSCO”, no qual o usuário poderá enviar mensagens com dúvidas ou sugestões.

Figura 34 – Ícone “Fale Conosco”

A smartphone screen with a teal background. At the top, there is a grey header bar with the text "Fale Conosco". Below this, there are three input fields: "Nome:" followed by a grey text box, "E-mail:" followed by a grey text box, and "Sugestão:" followed by a larger grey text area containing the placeholder text "Deixe sua mensagem aqui...". At the bottom of the form, there is a grey button labeled "Enviar". Below the button, there is a yellow circular icon with a white left-pointing arrow.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme visualização das telas do modelo do *Software* Aplicativo TESOURO NOSSO, nota-se que o aplicativo busca facilitar a interação e interpretação do usuário para com as prestações de contas públicas emitidas pela STN, mostrando apenas as informações necessárias para que a população em geral possa ficar ciente da situação em que seu município está diante dos gastos públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência na gestão pública é fundamental para a devida prestação de contas aos cidadãos. Entretanto, muitas vezes os relatórios disponibilizados pelos entes geram informações que não são acessíveis à interpretação pelo usuário, ou seja, por mais que as prestações de contas possam ser de qualidade, o acesso à informação para os cidadãos, que não são profissionais da contabilidade ou da gestão pública, não é de fato estimulado.

Como dispõem as normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, os sistemas informatizados são ferramentas exigidas pela Lei de responsabilidade Fiscal (LRF) para demonstrarem as execuções orçamentárias e fiscais realizadas pelos entes públicos. Ocorre que essas informações são divulgadas em relatórios com conteúdos pouco acessíveis ao cidadão comum.

A transparência não significa apenas divulgação de dados, mas sim clareza da informação, principalmente quando falta conhecimento técnico para delas usufruir. Considerados esses aspectos, esta pesquisa objetivou o desenvolvimento de um Modelo Conceitual que desse suporte para a elaboração de um *software* aplicativo que visasse levar conhecimento acessível para a sociedade a respeito dos gastos públicos com as informações geradas através das prestações de contas da STN.

O objetivo foi alcançado através da estruturação de um Modelo Conceitual e do desenvolvimento de um Modelo Operacional que visou amparar o desenvolvimento de um *software* aplicativo que visa a transparência para a sociedade da prestação de contas públicas dos municípios brasileiros. Quanto aos objetivos específicos, foi proposto desenvolver as etapas de um Modelo Conceitual: a conceitualização para elaboração do Modelo Teórico; a modelagem para geração do Modelo operacional e a Solução de Modelo para se chegar ao componente Solução.

Os objetivos foram alcançados através de pesquisa bibliográfica com a definição de conceitos associados à contabilidade aplicada ao setor público e de sistemas informatizados da STN; do levantamento de requisitos para a modelagem da simplificação dos relatórios para o modelo de *software* aplicativo na busca de encontrar uma comunicação clara e acessível entre as prestações de contas e a sociedade em geral; e da elaboração de um protótipo do *software* aplicativo, com montagem das telas que demonstraram o *layout* do “TESOURO NOSSO”, sempre na busca de interpretação facilitada pela sociedade.

Como limitação do estudo, o fato de que se propunha desenvolver a base do *software* aplicativo para as informações de prestações de contas relativas aos relatórios RREO,

RGF, Siope e Siops. Porém, a limitação de dados abertos em CSV, XLS e XBRL e acesso à API para extração das informações do Siope e Siops não permitiu, nesse momento, agregar ao *software* aplicativo esses sistemas informatizados. Sendo assim, seguiu-se com o RREO e RGF, que são demonstrativos orçamentários e fiscais para compor o Modelo Conceitual.

A limitação supracitada sugere estudos futuros na hipótese de, modificados os aspectos técnicos, permitirem englobar os demais sistemas informatizados da STN ao “TESOURO NOSSO”, estimulando constantemente a utilização do *software* aplicativo pela sociedade, de forma a obter constantes avanços de controle e fiscalização dos entes públicos.

Diante da pesquisa realizada, conclui-se que a contribuição deste estudo com a formulação conceitual do *software* aplicativo “TESOURO NOSSO” proporcionará à sociedade um dispositivo de fácil acesso, transparente e inovador sobre as prestações de contas públicas de todo território nacional, respeitando as leis vigentes de Responsabilidade Fiscal e Acesso à Informação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Santos; PINHO, Jose Antônio Gomes. **Sociedade da Informação e Democracia: Procurando a Accountability em Portais Municipais da Bahia.** XXXII ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, p.1-20, set 2008, Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A604.pdf>, Acesso em: maio 2023.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1988.**

Disponível Em <

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

BRASIL, **Decreto nº 7.827, de outubro de 2012.** Regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do **caput** do art. 158, as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7827.htm> Acesso em 22 de maio de 2022.

BRASIL, **Decreto nº 92.452, de março de 1986.** Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN) e dá outras providências. Disponível em: < <https://legis.senado.leg.br/norma/515092>> Acesso em 12 de janeiro de 2021.

BRASIL, **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000, Seção 1, p. 1.

BRASIL, **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em 29 de abril de 2022.

BRASIL, **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.** Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm> Acesso em 22 de maio de 2022.

BRASIL, **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 18 abril de 2022.

BRASIL. **LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 22 de maio de 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.755, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1998**. Divulgação de Contas Públicas. Brasília: 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9755.htm. Acesso em: 31 de maio de 2021.

BRASIL, **LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10028-19-outubro-2000-373028-norma-pl.html>> Acesso em 18 de janeiro de 2021.

BRASIL, **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em 05 de março de 2021.

BRASIL, **Norma Brasileira de Contabilidade**, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, Aprova A NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

BRASIL, **PORTARIA Nº 589, DE 27 DE DEZEMBRO 2001**: Estabelece conceitos, regras e procedimentos contábeis para consolidação das empresas estatais dependentes nas contas públicas e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=182517> > Acesso em: 03 de agosto de 2022.

BRASIL, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda – 11. Ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Uma Reforma Gerencial na Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v.49, n.1, 1998. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/360>>. Acesso em 12 de abril de 2023.

CAMBRIDGE, Dictionary. <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english-portuguese/accountability> Acesso em 23 de maio de 2023.

CINTRA, Cíntia de S.; RODRIGUES, David E.; BISCO, Thaís G.; FALEIROS, Vanessa de A. **O papel da Controladoria como ferramenta de gestão. Diálogos em Contabilidade: teoria e prática** (Online), v. 1, n. 2, edição 1, jan./dez. 2014.

CONSELHO FERERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.128**, de 21 de novembro de 2008: aprova a NBC T 16.1 – conceituação, objeto e campo de aplicação, 2008a. Disponível em: Acesso em: 25 abril de 2022.

Controladoria Geral da União (CGU). **Manual do e-SIC**. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/MANUAL%20e-SIC%20-%20GUIA%20DO%20SIC.pdf>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

Controladoria Geral da União (CGU). Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social>> Acesso em 01 de junho de 2022.

CRUZ, C. F. **Transparência da Gestão Pública Municipal: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/43/dissert/ClaudiaFerreiradaCruz.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2021.

CRUZ, Flávio da (Coord.). **Lei de Responsabilidade Comentada: Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**. 9ª ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

FEIJÓ, P. H., JÚNIOR, J. P. de C., RIBEIRO, C. E. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. 1 ed. Brasília: Gestão Pública, 2015.

FERNANDES, Jorge. **O que é um programa (software)?** Artigo eletrônico do portal da UNB, 2002.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_012/04-contabilidade%20p%20FAblica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

HUGHES, Janet. An Open Data Value Chain: **Making Data Flowers Bloom**. London, 31-março-2011a. Disponível em <<http://data.london.gov.uk/blog/open-data-value-chain-making-data-flowers-bloom>>. Acesso em 13 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO D GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **API de Localidades**. Disponível em: <<https://servicodados.ibge.gov.br/api/docs>> Acesso em 01 de junho de 2023.

KORNIN, T; MOURA, R; NAGAMINE, L. **O uso da Web na Gestão Municipal: amplia ou imobiliza a participação?** Boletim Regional Urbano e Ambiental. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10391/1/brua_22_ensaio_urbana_artigo_8.pdf Acesso em 29 de abril de 2022.

LIMA, Cláudia R. de A. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde: confiabilidade e uso das informações na construção de um perfil dos municípios brasileiros.** Dissertação (mestrado em saúde pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

MACEDO, Vanessa R. **Os Impactos da Transparência no Brasil para a Gestão Pública, a Prestação de Contas e a Participação Social.** Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44350>> Acesso em 05 de janeiro de 2021.

MACORATTI, José Carlos. **Modelando sistemas em UML® – casos de uso.** São Paulo, 2004. Disponível em:< [http://www.macoratti.net/net_UML® 2.htm/](http://www.macoratti.net/net_UML%202.htm/)>Acesso em: 18 de abril de 2022.

MARQUES, L.F.S; SILVA, F.J.B; BRITO, R.M.M. **A participação popular como instrumento de fiscalização e controle social dos gastos públicos.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p.41368-41383, 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28691/22667>> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

MARTINS, C. **Governabilidade e controles.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, v. 23, p. 5-20, 1º trim. jan. 1989.

MARTINS, Dolores da Costa. **A Importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, voltada ao princípio da transparência.** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais e Aplicadas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Paula Lígia. **Acesso à informação: Um direito fundamental e instrumental.** Acervo: Rio de Janeiro, 2011.

MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - 2019. **Portaria STN nº 549 de 07 de agosto de 2018.** Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/matriz-de-saldos-contabeis-msc->> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

MAZZON, José Afonso. **Formulação de um modelo de avaliação e comparação de modelos de marketing.** 1978. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MELO, Diego. **O que é API [Guia para Iniciantes].** Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-uma-api-guia-para-iniciantes>> Acesso em: 21 de maio de 2023.

MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado.** Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: < <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>> Acesso em: 04 de maio de 2022.

MENDES, Áquilas. **O SIOPS na gestão da Saúde**. Disponível em: <<https://www.cosemssp.org.br/noticias-site-antigo/o-siops-na-gestao-da-saude-aquilas-mendes-fala-dessa-ferramenta-estrategica/#:~:text=O%20SIOPS%20%C3%A9%20sin%C3%B4nimo%20de%20financiamento%20e%20planejamento%20do%20SUS.>> Acesso em: 25 de maio de 2022.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. **Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

PINHEIRO, C. e SILVA, J. M. **Disclosure informacional dos Tribunais de Contas Estaduais: abordagem à Prestação de Contas, Transparência e Interação Social**. Disponível em: <<https://intercostos.org/documentos/congresso-15/PINHEIRO-FILHO.pdf>> Acesso em 13 de janeiro de 2021.

PINHO, J. A. G., & SACRAMENTO, A. R. S. (2009). **Accountability: já podemos traduzi-la para português?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro. 43(6), 1343-1368, nov./dez. o

Plano de contas Aplicado ao Setor Público. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp>> Acesso em 5 de janeiro de 2020.

PRADO, O. e LOUREIRO, M. R. **Governo Eletrônico e Transparência: Avaliação da Publicização das Contas Públicas das Capitais**. Revista Alcance, vol. 13, 2006.

REIS, A. F.; DACOSO, A. L. e TENÓRIO F. A. Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais - um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia. Rev. Adm. Pública vol.49 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2015

SCHEDLER, A. (1999). **Conceptualizing Accountability**. In: A. Schedler, L. Diamond, & M. Plattner, (Ed.) *SelfRestraining State – Power and Accountability in New Democracies*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Moacir Marques da. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Enfoque Jurídico e Contábil para os Municípios**. São Paulo: Atlas, 2014.

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>> Acesso em 5 de janeiro de 2021.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. Disponível em: <https://www.fnpe.gov.br/fnde_sistemas/siope> Acesso em 5 de janeiro de 2021.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. Disponível em: <[Manual_SIOPEEstadual_2018](#)> Acesso em 16 de maio de 2022.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Disponível em: <<https://saude.to.gov.br/planejamento-/economia-da-saude/sistema-de-informacao-sobre-orcamento-publico-em-saude-siops//>> Acesso em 5 de janeiro de 2021.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/cartilha_2019.pdf> Acesso em 01 de junho de 2022.

Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. Portaria Interministerial nº 529, de 30 de abril de 1999. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20529.pdf>> Acesso em: 22 de maio de 2022.

SPÍNOLA, Rodrigo Oliveira. Introdução à Engenharia de Requisitos. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/introducao-a-engenharia-de-requisitos/8034>> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

SODRÉ, A. C. A. **Lei de Responsabilidade Fiscal:** condição insuficiente para o ajuste fiscal. RAE- eletrônica, v. 1, n. 1, 2002.

SODRÉ, Thiara Ataíde. **Transparência na Administração Pública:** modelo conceitual de Software destinado a aprimorar a comunicação com os gestores. PPGDEE, 2021.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software.** 9º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TEIXEIRA, Hugo V.; TEIXEIRA, Marcelo G. **Financiamento da saúde pública no Brasil:** a experiência do Siops. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 379-391, 2003.

TESOURO NACIONAL. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/tesouro-assina-termo-de-cooperacao-com-tribunais-de-contas-estaduais>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

TESOURO NACIONAL. Disponível em <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=38>> Acesso em 24 de março de 2022.

TESOURO NACIONAL. Disponível em <<https://apidatalake.tesouro.gov.br/docs/siconfi>> Acesso em 24 de março de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Fevereiro/cidadao-tem-papel-fundamental-na-fiscalizacao-de-seus-representantes>> Acesso em 22 de maio de 2022.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Engenharia de Software:** conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ZAVE, Pamela. **Classification of Research Efforts in Requirements Engineering**. ACM Computing Surveys, 29, Dezembro 1997. Disponível em:<
https://www.researchgate.net/publication/220565934_Classification_of_Research_Efforts_in_Requirements_Engineering>. Acesso em 03 de maio de 2022.